

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

EDITAL – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021
(Processo Administrativo n.º 10380.742093/2021-11)**

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, por meio da Divisão de Programação e Logística, sediada à Rua Barão de Aracati, 909, 4º andar, Aldeota, Fortaleza/CE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço** por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 22/11/2021

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuado de vigilância eletrônica, compreendendo a locação dos sistemas de alarme de intrusão e de circuito fechado de televisão (CFTV), sem monitoramento, instalação da infraestrutura, dos equipamentos e softwares pertinentes e necessários, e a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, a ser prestado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo os sábados, domingos e feriados, visando atender às necessidades das unidades administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por **02 (dois)** itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/ 10040



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Elemento de Despesa: 339039-77

PI: PIUVIGILAN

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para os itens 01 e 02, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123,



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 O valor global de cada um dos itens que compõem o grupo; entenda-se por valor global do item a soma de todos os custos envolvidos na contratação.

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 d a Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item e valor global do grupo.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1 prestados por empresas brasileiras;

7.25.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8 Habilitação jurídica:



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

9.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1 a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.3.2 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em nome da licitante, em plena validade; na qual conste responsável técnico com habilitação para execução de atividade compatível com o objeto da licitação, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

9.11.1.1 Em se tratando de empresa de outros estados da Federação, não registrados no CREA do estado do Ceará, deverá ser apresentado, no ato da assinatura do contrato, o respectivo visto do CREA – CE.

9.11.2 **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA (engenheiro), detentor de atestado de responsabilidade técnica (conforme art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977) relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber, serviços de instalação, locação e manutenção (preventiva e corretiva).

9.11.2.1 Entende-se, para fins desta contratação, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame e venha a ser contratado.

9.11.2.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.3.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 01 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

9.11.3.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017.

9.11.3.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017.

9.11.3.1.5 A licitante deverá apresentar comprovação de capacidade técnico operacional por meio da apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que gerencia ou gerenciou, por meio de execução própria ou subcontratada, serviços de locação e manutenção de sistemas de alarme e Circuito Fechado de Televisão compreendendo, no mínimo:

9.11.3.1.5.1 05 (cinco) sensores de alarme em uma mesma edificação;

9.11.3.1.5.2 05 (cinco) câmeras de segurança em uma mesma edificação;

9.11.3.1.5.3 02 (duas) edificações de forma concomitante, em municípios diferentes, independentemente do número de sensores e câmeras em cada uma.

9.11.3.1.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.4 Declaração de que instalará escritório na cidade de Fortaleza ou suas respectivas regiões metropolitanas, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017, conforme modelo do **Anexo III** do Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

9.11.5 Prova de atendimento aos requisitos previstos no Anexo VI-A, item 9, da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017.

9.11.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.6.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas/dias, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no termo de referência.

15.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTE

16.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3 apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6 não manter a proposta;
- 20.1.7 cometer fraude fiscal;
- 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.srrf03@rfb.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Barão de Aracati, 909, 4º andar, Aldeota, Fortaleza/CE, Serviço de Licitações da DIPOL03.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Barão de Aracati, 909, 4º andar, Aldeota, Fortaleza/CE, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17. horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

22.12.1.1 Anexo I do Termo de Referência – Modelo de Proposta de Preço;

22.12.1.2 Anexo II do Termo de Referência – Modelo de Declaração de visita ao local;

22.12.1.3 Anexo III do Termo de Referência – Plantas dos imóveis;

22.12.1.4 Anexo IV do Termo de Referência – Estudos Preliminares;

22.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de Instalação de Escritório;

22.12.4 ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

22.12.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública.

Giovanni Brigido Bezerra Cardoso

Chefe da SELIC/DIPOL/SRRF03

(Assinado e datado digitalmente)



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO SRRF03 Nº 09/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03

Processo nº 10380.742093/2021-11

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação do serviço continuado de vigilância eletrônica, compreendendo a locação dos sistemas de alarme de intrusão e de circuito fechado de televisão (CFTV), sem monitoramento, instalação da infraestrutura, dos equipamentos e softwares pertinentes e necessários, e a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, a ser prestado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo os sábados, domingos e feriados, visando atender às necessidades das unidades administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Ressalte-se que, em virtude do serviço de instalação da infraestrutura ser um custo não renovável, será exigido que ele seja cotado separadamente na Planilha de Custos e Formação de Preços.

ITEM	Local	Código	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Qtde	Valor Unitário Máximo Aceitável 12 (doze) meses
GRUPO ÚNICO						
1	ARF/CRA	14826	Vigilância eletrônica, compreendendo a instalação e locação dos equipamentos, infraestrutura e a manutenção preventiva e corretiva para os sistemas de <u>CFTV</u> , a ser prestada 24hx7d (10 câmeras bullet HD 720p 2,8mm) Vigilância eletrônica, compreendendo a instalação e locação dos equipamentos, infraestrutura e a manutenção preventiva e corretiva para os sistemas de <u>alarme</u> , a ser prestada 24hx7d (10 sensores de movimento infravermelho e 03 sensores magnéticos de abertura)	Serviço	1	30.300,00



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



2	POSTO/IPU	14826	<p>Vigilância eletrônica, compreendendo a instalação e locação dos equipamentos, infraestrutura e a manutenção preventiva e corretiva para os sistemas de <u>CFTV</u>, a ser prestada 24hx7d (10 câmeras bullet HD 720p 2,8mm)</p> <p>Vigilância eletrônica, compreendendo a instalação e locação dos equipamentos, infraestrutura e a manutenção preventiva e corretiva para os sistemas de <u>alarme</u>, a ser prestada 24hx7d (14 sensores de movimento infravermelho e 04 sensores magnéticos de abertura)</p>	Serviço	1	31.440,00
---	-----------	-------	---	---------	---	-----------

1.3. O objeto desta contratação tem a natureza de serviço comum de vigilância eletrônica, cuja interrupção compromete seriamente a continuidade das atividades exercidas pelas unidades jurisdicionadas a Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, quais sejam: a Agência da Receita Federal do Brasil de Crateús – **ARF/CRATEÚS** e o Posto de atendimento de Ipu – **POSTO/IPU**.

1.4. O quantitativo e respectivo código dos itens está discriminado na tabela acima. Os serviços foram agrupados num único grupo, uma vez que se trata de serviços de mesma natureza e um único objeto (inter-relacionados), não podendo ser contratados separadamente, sob pena de comprometer a qualidade dos serviços prestados, perda do ganho de escala e da segurança dos imóveis.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global

1.6. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O serviço de vigilância eletrônica atualmente prestado nas referidas unidades são oriundos dos Contrato SRRF03 Nº 20/2020, entretanto, este contrato vence, no dia 30/11/2021.

2.2 Ressalta-se, também, que os serviços vigilância eletrônica tornaram-se extremamente essenciais, haja vista que a RFB estabeleceu, através de portaria, que as unidades ou não atendem aos parâmetros estabelecidos pelo órgão para manter os serviços de vigilância orgânica ou estão em áreas consideradas de alto risco ou desempenham atividades sensíveis pelo risco envolvido.

2.3 A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 9.507, de 2018 possibilitou às unidades administrativas a contratação de forma indireta de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto deste documento.

2.4 Além disso, existe expressa disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no § 1º do art. 3º do Decreto nº 9507, de 2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 005, de 2017.



2.5 A contratação em pauta é indispensável para que as unidades possam desempenhar suas atividades de forma contínua, segura e confiável, uma vez que têm por objetivo a defesa do patrimônio, garantindo a proteção dos bens móveis e imóveis, bem como a segurança dos servidores e demais pessoas que transitam pelas instalações. Da mesma forma os documentos gerados na prestação dos serviços públicos, nessas unidades, necessitam de uma guarda segura e eficiente, com o intuito de resguardar as informações protegidas pelo sigilo fiscal. Ademais, a segurança patrimonial consubstancia instrumento de natureza estratégica para a eficácia da organização e das atividades desenvolvidas, garantindo o atendimento à sociedade e ao corpo funcional da Receita.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares abrange a prestação do serviço de vigilância eletrônica por 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais de semana e feriados, incluindo a reposição de peças e fornecimento de equipamentos, no regime de comodato.

3.2. A Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24896, de 10 de dezembro de 2020, que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, determina em seu anexo único que para as unidades classificadas com grau de risco 1 deverão possuir serviço de vigilância eletrônica mínima que corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV), com gravação local, e alarme com sistema de presença, sem monitoramento.

3.3. A Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, que trata das recomendações de segurança eletrônica no âmbito da Receita Federal do Brasil, estabelece que "...a RFB adotará preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica de forma integrada, isto é, a aquisição de equipamentos com a prestação do serviço de instalação e manutenção correspondente, além do serviço de monitoramento eletrônico. Além disso, por tratar-se de serviços de engenharia, as empresas contratadas devem estar registradas no CREA e possuir profissional qualificado (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis."

3.4. Em conformidade com a Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, que trata das recomendações para implantação de sistemas de segurança eletrônica na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB.

3.4.1. Sistema de Alarme

3.4.1.1. Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, teclados, sensores, sirene e bateria auxiliar etc.

3.4.2. Circuito Fechado de Televisão – CFTV

3.4.2.1 Os sistemas de CFTV são compostos por: projeto, infraestrutura, câmeras, gravadores de vídeo com HD, monitor, mouse, fonte de alimentação, nobreak, caixas de proteção, etc.

3.4.3. A Prestação do serviço englobará todos os custos com a implantação e funcionamento contínuo, completo e eficaz dos sistemas instalados, em regime de locação mensal, o que inclui,



às expensas da Contratada: o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários, a instalação (mão de obra e materiais necessários, tais como fiação, cabos, eletrodutos, perfilados, canaletas, eletrocalhas, braçadeiras, suportes, sensores, baterias, centrais, câmeras, domes, conectores, etc.); instruções de uso (para operação dos sistemas); manutenção dos equipamentos instalados (todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva, com eventual substituição de unidades defeituosas, que deverá ser realizada por pessoal especializado, bem como a retirada dos equipamentos ao término do contrato).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 Contratação de pessoa jurídica para a prestação do serviço continuado de vigilância eletrônica, compreendendo a locação, instalação e manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, do tipo alarme de intrusão, sem monitoramento, e de circuito fechado de televisão (CFTV), que deverá estar em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais de semana e feriados, para resguardar o patrimônio público há qualquer momento que o sistema for ativado, visando atender às necessidades das Unidades Administrativas subordinadas da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, situadas a seguir.

5.1.2.1. Locais de Prestação dos Serviços

UNIDADE	ENDEREÇO	SERVIÇOS
1. ARF/CRA	Rua Santos Dumont, nº 235, Centro, Crateús/CE	<ul style="list-style-type: none">• CFTV• ALARME
2. POSTO/IPU	Avenida Auton Aragão, nº 1678, Canudos, Ipú/CE	<ul style="list-style-type: none">• CFTV• ALARME



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



5.1.3 Na contratação o serviço será prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais de semana e feriados.

5.1.4 O serviço de vigilância eletrônica, compreendendo a locação (sem monitoramento), instalação, manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica é de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento das atividades finalísticas da Receita Federal do Brasil, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público, prejudicando o cumprimento da missão institucional da Receita Federal do Brasil na área de atribuições das Agências da Receita Federal do Brasil subordinadas a Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03.

5.1.5 A contratação em tela terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, admitidas prorrogações, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

5.1.6 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços continuados de vigilância eletrônica, compreendendo a locação (sem monitoramento), instalação, manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5.1.7 Soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados:

5.1.7.1 o mercado de potenciais prestadores para execução do serviço é bastante vasto, uma vez que existem inúmeras empresas que prestam esse tipo de serviço;

5.1.7.2 para o serviço de vigilância eletrônica, compreendendo a locação (sem monitoramento), instalação e manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos nesta SRRF03 para a execução dos mesmos, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A PROPOSTA DE PREÇO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 11:30h e das 14:00 às 17:00h, devendo o agendamento ser efetuado 24 horas antes pelo e-mail: dipol.03.saeng@rfb.gov.br, podendo sua realização ser substituída pela declaração mencionada no item “7.5”.

7.1.1 No pedido a empresa deverá indicar sua razão social, o nome do representante que efetuará a vistoria, de modo que as unidades sejam comunicadas da visita e o acesso do representante às dependências esteja autorizado.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria a empresa, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

7.5. A empresa interessada terá integral responsabilidade no levantamento de materiais necessários para o serviço em escopo.

7.6. Os equipamentos, peças e serviços deverão obedecer rigorosamente às diretrizes e especificações constantes deste documento, atendendo ainda às normas da ABNT, às disposições legais, aos regulamentos das empresas concessionárias, às prescrições e recomendações dos fabricantes e às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 Os serviços serão realizados nas dependências das Unidades Administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, localizadas nos municípios de Crateús e Ipú, nos endereços constantes do item 5.1.1.1 deste Termo de Referência.

8.1.2 O levantamento de necessidades foi realizado em cada imóvel das unidades administrativas, de forma que se pudesse conhecer as características individuais e peculiaridades dos prédios, identificando-se **02 (dois)** imóveis que deverão ser agrupados num único grupo, uma vez que se trata de serviços de mesma natureza e um único objeto (inter-relacionados), não podendo ser contratados separadamente, sob pena de comprometer a qualidade dos serviços prestados, perda do ganho de escala e da segurança dos imóveis.

8.1.3 O termo de referência deverá prever um grupo único, e o julgamento deverá ser o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a execução do objeto da contratação, sem prejuízo do resultado final para a Administração.

8.1.4 Os equipamentos e serviços, necessários a implantação dos sistemas previstos no projeto em evidência, deverão estar de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas



Técnicas. Na inexistência destas ou em caráter suplementar, poderão ser adotadas outras normas de entidades reconhecidas internacionalmente, entre as quais citamos:

- a) NEMA – National Electrical Manufacturers Association;
- b) IEC – International Electric Commission;
- c) ANSI – American National Standard Institute;
- d) DIN – Deutsche Industrie Normen;
- e) NEC – National Electric Code;
- f) ASTM – American Society for Testing and Materials;
- g) EIA – Electronic Industries ASSOCIATION;

8.1.5 Sempre com a aprovação do Contratante, poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado. Nos documentos técnicos e referências dos sistemas, o integrador/instalador deverá informar quais as normas técnicas aplicáveis a cada produto e a respectiva edição vigente.

8.1.6 Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender às especificações técnicas mínimas necessárias para seu funcionamento dentro dos padrões técnicos de segurança requeridos pelo fabricante.

8.1.7 Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua instalação e configuração, devendo ser devidamente testados e comissionados.

8.1.8 O fornecedor dos equipamentos deverá procurar, dentro do possível, permitir a intercambialidade entre os diversos itens de seu fornecimento, a fim de facilitar a reposição e facilitar as atividades de manutenção, bem como possibilitar a expansão do sistema quando houver necessidade.

8.1.9 A Contratada deverá manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos, efetuando manutenções periódicas, preventivas e corretivas, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos.

8.1.10 Comunicar imediatamente, após ocorrência de disparo do sistema de alarme ou qualquer outro evento que implique possível risco ao patrimônio dos locais onde os serviços são prestados, à Delegacia de Polícia Civil mais próxima, além de outros telefones que venham a ser informados pela Contratante.

8.1.11 Instalar, quando necessária à substituição de materiais dos Sistema de Segurança (alarme, CFTV ou cerca elétrica), equipamentos novos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores.

8.1.12 A contratada, no momento da instalação dos sistemas de alarmes, fará a interligação e configuração dos sistemas com os telefones dos responsáveis pela unidade, através da linha telefônica fixa.

8.1.13 O prazo máximo para atendimento de chamado será de 01 (um) dia e o prazo para regularização de qualquer defeito do sistema não será superior a 02 (dois) dias corridos.

8.1.14 As manutenções corretivas serão realizadas, sempre que solicitadas, no local de instalação dos equipamentos, para quaisquer das unidades detentoras do sistema, fazendo-o voltar a operar dentro dos padrões técnicos de segurança requeridos originalmente pelo fabricante, sem qualquer ônus quanto a materiais, mão de obra, deslocamento, partes e peças a serem substituídas. A



descrição do problema e a solução adotada devem constar nos relatórios mensais que serão fornecidos à Contratante.

8.1.15 As manutenções preventivas consistirão da execução de limpezas, ajustes e testes de funcionamentos e deverão ser efetuadas periodicamente, de forma a garantir o contínuo e adequado funcionamento dos equipamentos instalados, devendo, quando realizadas, constarem do relatório mensalmente fornecido a contratante.

8.1.16 A contratada arcará com todos os custos relativos manutenção completa dos Sistemas de Segurança, encarregando-se, além da manutenção, de eventuais substituições que se façam necessárias, e do respectivo custo de toda a mão de obra e demais insumos necessários ao pleno e completo funcionamento do citado sistema.

8.2. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- A prestação dos serviços de manutenção preventiva deverá ser executada a cada 3 (três) meses, em cada uma das unidades, com objetivo de manter os sistemas de alarme e de CFTV da unidade em condições normais de operação, incluindo o fornecimento de materiais, peças equipamentos e ferramentas.
- Compreende o conjunto de intervenções programadas, realizados periodicamente conforme padrões preestabelecidos, destinadas a verificar, ajustar, corrigir, limpar, configurar, implementar novas facilidades, testar, realizar conexões, instalar peças ou softwares, corrigir ou substituir equipamentos ou componentes da infraestrutura, emitir relatórios de funcionamento e operação, dentre outros serviços necessários ao correto funcionamento e operação dos sistemas de segurança instalados.
- A contratada deverá entregar a programação de visitas técnicas para a manutenção preventiva logo após a assinatura do contrato e deverá ser apreciada pela contratante.
- Os valores dos deslocamentos, materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessários para as manutenções preventivas correrão por conta da contratada.
- Para cada manutenção preventiva realizada, deverá ser emitido um relatório com a descrição dos problemas detectados e das soluções implementadas para saná-los.

8.3. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

- A prestação dos serviços de manutenção corretiva deverá realizar-se por DEMANDA, sempre que solicitado, de acordo com a necessidade da contratante, com objetivo de reestabelecer os sistemas de alarme e de CFTV da unidade às condições normais de operação;
- Compreende os serviços necessários para restabelecer o funcionamento normal dos sistemas de alarme e de CFTV, em casos de falhas de configuração ou defeitos nos equipamentos, desconexão de câmeras ou sensores, perda de eficiência e/ou pane nos mesmos, corrigindo ou substituindo, quando necessário, peças, equipamentos, ou componentes da infraestrutura, por outros novos, de primeira utilização. Compreende ainda a atualização de software, ajustes



mecânicos ou eletrônicos, limpeza, configuração dos equipamentos, deslocamento de sensores ou câmeras por motivo de interferências, reparos em elementos de alvenaria, gesso ou quaisquer outras providências necessárias.

- Os valores dos deslocamentos, materiais, peças, equipamentos e mão de obra necessários para as manutenções corretivas correrão por conta da contratada;
- Para cada chamado de manutenção corretiva, deverá ser emitido um relatório com a descrição dos problemas detectados e das soluções implementadas para saná-los.
- Caso o problema não possa ser sanado na primeira visita, as demais visitas necessárias devem ser consideradas como incluídas no preço previsto para o serviço.

8.4. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO INICIAL DO SISTEMA E TREINAMENTO

8.4.1. A contratada deverá iniciar a execução do serviço de instalação dos sistemas de alarme e de CFTV em até 4 dias úteis após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço, e concluí-lo após até 15 dias consecutivos, em cada unidade;

8.4.2. Inicialmente a contratada deverá providenciar a instalação de toda a infraestrutura física incluindo a passagem de cabeamento para conexão e alimentação elétrica dos sistemas de segurança, aberturas em alvenaria e gesso, instalação de caixas, dutos, eletrodutos, canaletas, conectores, conversores, gabinete etc, e todo material necessário ao funcionamento dos sistemas. Em seguida deverá realizar a instalação dos equipamentos, configuração, testes e treinamento das pessoas que irão operar os sistemas;

8.4.2.1. Todo cabeamento deverá ser lançado através de dutos e caixas (eletrodutos, canaletas, eletrocalhas ou perfilados metálicos), não sendo admitido lançamento de cabo solto no entreferro ou parede;

8.4.2.2. A instalação inclui a montagem, fixação, ajustes, interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica dos equipamentos, execução de testes e colocação em operação de todo o sistema até seu recebimento.

8.4.2.3 Para cada cabo lançado para ligação das câmeras ou dos sensores, deverá ser deixada uma folga de 1m de cabo em cada lado (o que chega ao DVR ou à central de alarme e o que chega nas câmeras ou sensores), de forma que permita futuras conectorizações ou manutenções;

8.4.2.4 Não será permitido a execução de furos em vigas, pilares ou outros elementos estruturais que possam comprometer a segurança ou eficiência deles, sem um laudo emitido por profissional habilitado. A existência de interferências com a arquitetura e com obras civis deverá ser solucionada anteriormente à instalação;

8.4.3. A infraestrutura física, compreendendo todas as tubulações, caixas, cabos, conectores, conversores de mídia, baluns, gabinetes etc., será de propriedade da contratante, permanecendo ao final do contrato. Os equipamentos serão instalados em comodato (aluguel) devendo ser retirados ao final do contrato por conta da contratada;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



8.4.4. A configuração dos equipamentos deverá garantir a segurança no acesso às imagens e a operação da central de alarme apenas às pessoas autorizadas pelos chefes das unidades.

8.4.5. A configuração do DVR e central de alarme deve permitir a gravação das imagens ou o acionamento dos sensores do alarme, somente quando houver detecção de movimento no ambiente;

8.4.6. Caso o DVR e central de alarme estejam conectados à internet, ao detectar movimento nas câmeras ou sensores, deverá possibilitar a gravação da imagem em nuvem ou o envio de imagem ou alerta de intrusão para um e-mail configurado;

8.4.7. Deverá possibilitar tratamento diferenciado das imagens gravadas, por horário definido e separação dos sensores por zonas de forma a facilitar a identificação do local do acionamento;

8.4.8. Os testes devem incluir a visualização das câmeras de forma centralizada e individualmente, recuperação de imagens, backup, acionamento dos sensores de alarme, reinicialização do sistema, segurança e controle de acesso, verificação de eventos registrados etc.;

8.4.9. A contratada deverá ainda realizar a configuração do sistema para possibilitar a visualização das imagens das câmeras de forma remota através de celular pela internet e o alerta de intrusão por e-mail ou celular;

8.4.10. O link de internet ou linha telefônica a ser utilizando no DVR/NVR e na central de alarme será disponibilizado pela contratante com linha fixa ou por chip de dados;

8.4.11. Tão logo o link esteja disponível a contratada deverá realizar a interligação física e a configuração do DVR para possibilitar o acesso remoto às imagens das câmeras e a central de alarme. Caso o link não esteja disponível no momento da instalação inicial esse serviço ficará sobrestado até o link estar disponível, podendo ser agendado para a próxima manutenção preventiva;

8.4.12. A contratada não poderá acessar o sistema de CFTV, nem visualizar as câmeras das unidades remotamente, a não ser que haja autorização expressa do agente.

8.4.13. Para início da execução do serviço de instalação dos sistemas de alarme e CFTV e para acesso às dependências das unidades, a empresa deverá agendar com a chefia da unidade;

8.4.14. A equipe técnica para execução do serviço de instalação, objeto desta contratação, deverá ser composta por profissionais habilitados, com experiência comprovada para as atividades que desempenhar, e por responsável técnico, devidamente habilitado, devendo emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), pelos serviços realizados, de acordo com seu conselho de classe.

8.4.14.1 A ART deverá ser emitida junto ao CREA-CE e apresentada antes do início do serviço de instalação.

8.4.14.2 O vínculo desse profissional com a empresa deve ser demonstrado através de:

a) Carteira de trabalho (CTPS);

b) Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio da empresa; ou



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



c) Contrato de prestação de serviço firmado com a contratada.

8.4.15 A contratada deverá realizar o treinamento dos servidores indicados pela contratante de forma que os mesmos possam operar os sistemas de alarme e CFTV, verificar imagens e alertas de acionamento, desligar e religar os sistemas, realizar backup das imagens, acessar os sistemas de forma remota, etc.

8.4.16. Caso necessário, a contratada deve instalar circuito elétrico específico para alimentar os sistemas de segurança.

8.4.17. A Contratada deverá apresentar, para cada edificação, projeto executivo de instalação com a indicação precisa dos locais de instalação e fixação de cada equipamento, de acordo com a melhor técnica e os mais altos padrões vigentes no mercado, a ser aprovado pela Contratante.

8.4.18. Após a execução a contratada deverá apresentar projeto “as built” do sistema de segurança eletrônico instalado, devidamente acompanhado de memoriais descritivos e detalhes construtivos de todo o sistema e respectiva ART.

8.4.19 Os valores dos materiais e da mão de obra deverão estar incluídos nos valores dos serviços;

8.5. ESPECIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E SENSORES

8.5.1 A quantidade e posicionamento das câmeras e sensores estão especificados nas plantas anexas, referente aos imóveis listados no item 5.1.2.1.

A quantidade e **posicionamento das câmeras** deverá garantir a cobertura das seguintes áreas:

- a) entrada e saída do local ou recinto;
- b) movimentação e armazenagem de mercadorias;
- c) unitização e desunitização de mercadorias;
- d) conferência física de mercadorias;
- e) pontos de controle do sistema de controle de acesso;
- f) estacionamento de veículos de carga e passeio;
- g) perímetro do local ou recinto;
- h) acessos, corredores e demais áreas sensíveis/críticas.

O **sistema de alarme** deverá contemplar:

- a) sensores magnéticos para portas externas;
- b) sensores infravermelhos de presença nos ambientes sensíveis/críticos ou com acesso externo via janela.

8.5.2. Durante a instalação, poderá haver alteração nos locais a serem fixadas as câmeras e sensores, considerando a otimização da qualidade das imagens capturadas e a otimização da



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



cobertura dos sensores de presença considerando a sensibilidade e alcance dos mesmos e possíveis elementos que possam interferir no funcionamento.

8.5.3 A localização do DVR será na sala de equipamentos ou no gabinete. A localização da central de alarme ou do teclado deverá ser em local de fácil acesso aos responsáveis pela operação e gerenciamento.

8.5.4 A localização dos equipamentos acima poderá ser ajustada durante a instalação conforme entendimento entre contratada e contratante, caso surjam justificativas técnicas que melhorem a eficiência dos sistemas.

8.5.5 Os ajustes nas posições de elementos dos sistemas de CFTV e Alarme não ensejarão ônus para a contratante.

8.6 ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO

8.6.1. A Contratada deverá disponibilizar um correio eletrônico, ou serviço de discagem direta gratuita (0800), celular ou telefone fixo. Todos os canais de atendimento devem ser efetuados em língua portuguesa e devem ficar disponíveis 24 horas por dia, 07 dias por semana para abertura de chamados. Deverá ser indicado um responsável na empresa para atendimento dos chamados.

8.6.2. Na abertura do chamado, a contratada deverá fornecer um número de registro para cada solicitação.

8.6.3. O período normal de atendimento, isto é, o horário de trabalho e dias úteis da semana para execução dos serviços, será de 10 horas úteis (07:30 às 17:30 horas) por dia, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e nas hipóteses de manutenção corretiva, que poderá ser realizado em finais de semana, a critério da contratante.

8.6.4. A Contratada deverá prestar suporte técnico e suporte telefônico 24 horas por dia, 07 dias por semana.

8.6.5. É vedado o acesso às imagens das câmeras pela contratada a partir de ponto externo à infraestrutura da unidade da Receita Federal.

8.6.6. O serviço só será considerado concluído após sanados os problemas relatados pela contratante, independentemente de quantas visitas sejam necessárias para sua conclusão.

8.6.7. Prazo para instalação da infraestrutura e equipamentos, configuração, testes e treinamento: **30 dias corridos (15 dias em cada unidade).**

8.6.8. Prazo para atendimento de chamado para manutenção corretiva: **24 horas.**

8.6.9. Prazo para solução do problema: **48 horas.**

8.6.10. Prazo de vigência do contrato: **12 meses.**



8.7 RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS AO FINAL DO CONTRATO

8.7.1. Todo e qualquer componente a ser retirado pela Contratada após o fim da prestação dos serviços deve estar devidamente identificado e constar em relatório da instalação inicial entregue à Contratante após a conclusão da instalação dos equipamentos, de forma a garantir que somente os equipamentos efetivamente instalados pela Contratada serão retirados. Caso ocorra a substituição de algum equipamento durante o contrato, a contratada deve realizar sua identificação e atualizar o relatório de equipamentos instalados.

8.7.2. A retirada dos componentes instalados pela Contratada deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos, sem qualquer dano à estrutura ou acabamento das edificações, as quais devem permanecer compatíveis com as condições apresentadas antes da instalação dos equipamentos quanto às características arquitetônicas, ao acabamento, estética e condições de higiene e limpeza.

8.8. COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALARME)

Sobre o Sistema de Alarme para atender às unidades da Receita Federal do Brasil importa destacar que:

I. Os protocolos de procedimentos a serem adotados em caso de ocorrência de evento (irregularidade, intrusão, desativação fora do horário e demais situações atípicas) deve incluir: telefonema com diálogo pré-combinado para confirmação da integridade da agência para os responsáveis pela agência.

II. Entende-se por evento involuntário qualquer sinistro identificado pela central de alarme da agência, pelos sensores ou pelos demais dispositivos eletrônicos, incluindo, mas não se limitando a, qualquer interrupção não autorizada no funcionamento normal dos equipamentos, a exemplo de desligamento forçado por invasores ou por falta de energia.

III. A comunicação da central de alarme deverá utilizar da rede de telefonia fixa da unidade para um telefone a ser indicado pela contratante.

a) Os custos gerados por essa utilização serão da Contratante.

b) A contratada fará constar de relatório mensal todos os eventos ocorridos, incluindo horários de acionamento e desligamento da central de alarme, interrupções de energia, falhas de funcionamento, acionamentos antipânico e demais situações consideradas relevantes pela contratante.

c) A linha telefônica fixa será utilizada para comunicação da central de alarme com os responsáveis da unidade indicados pela contratante.

d) Os equipamentos destinados à comunicação de dados, via linha telefônica, deverão estar devidamente homologados/certificados pela ANATEL, de acordo com as normas pertinentes.

IV. Características do sistema de alarme eletrônico

a) Todo sistema deve ter duas fontes de alimentação. A principal é a rede do sistema elétrico da edificação, e a auxiliar, constituída por uma bateria a ser fornecida pela contratante. A fonte de



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



alimentação auxiliar é composta por bateria de acumuladores, que deve ter autonomia mínima de 24 horas em regime de supervisão.

- b) A central de alarme e o painel repetidor (teclado) devem ficar em local onde haja constante vigilância humana e que seja de fácil visualização.
- c) A conexão entre os dispositivos e a central deverá ser estabelecida por meio físico (fios metálicos);
- d) Os sistemas deverão possuir sua própria fonte de energia (bateria) permitindo sua operação integral, de forma totalmente independente, para que em casos de falta de energia elétrica local, suporte integralmente o funcionamento do Sistema, por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de uso contínuo em “standby”.
- e) Problemas, de falta ou baixa tensão de alimentação, deverão ser obrigatoriamente sinalizados visualmente na central de alarme e/ou em cada componente que utilize bateria própria;
- f) Todos os sensores deverão ser monitorados pela via de comunicação, que deverá ser estabelecida, para a transmissão de dados de informações de corte de linha telefônica, invasão, assalto, ativação e desativação, falhas operacionais etc.;
- g) A ligação da linha telefônica ao alarme não poderá, de maneira nenhuma, resultar em ruído na linha telefônica quando esta estiver sendo utilizada para voz;
- h) A ativação e desativação do sistema de alarme, bem como a comunicação com os telefones cadastrados, deverão ser possíveis por meio de teclados para introdução de senhas e transmissão de sinal de emergência (senha de coação) e por meio de botão e controle remoto para pânico;
- i) O sistema deverá ser contemplado com proteção e disparar a(s) sirene(s), transmitir sinal de violação quando ocorrerem tentativas de violação ou de desativação não autorizada, incluindo falha ou corte da linha telefônica. Esta proteção é indispensável para todos os componentes: central de controle, sensores, teclado, botão de pânico e sirenes;

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, ferramentas, utensílios, peças e equipamentos, em regime de comodato, nas quantidades necessárias, e com qualidade compatível com os equipamentos especificados e instalados, promovendo suas substituições, sempre que necessário de forma a manter o funcionamento dos sistemas de alarme e CFTV.

9.2 O levantamento das quantidades de materiais necessários para instalação da infraestrutura, em cada unidade, deve ser realizado e confirmado pela empresa interessada no momento da vistoria, não cabendo alegação posterior de necessidade de aditivo.

9.3 Sistemas e infraestruturas a serem instaladas:

9.3.1. Abaixo seguem as especificações e quantitativos dos sistemas de segurança eletrônica a serem instalados nas unidades, para os quais a contratada deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva, nos termos constantes do item 7 deste instrumento.



UNIDADE	Sistemas e componentes a serem instalados/acrescentados
1. ARF/CRA	<p>-Sistema de CFTV HD, composto gravador de imagem DVR e 10 câmeras bullet HD 720p 2,8mm</p> <p>-Sistema de Alarme, composto de 10 sensores de movimento infravermelho e 03 sensores magnéticos de abertura</p> <p>- Infraestrutura de cabeamento UTP, tubulações, caixas, conectores RJ45, balluns RJ45/P4-BNC, instalação elétrica necessária etc. para todos os sistemas.</p> <p>-Os sistemas serão compostos pelos equipamentos e componentes descritos no item 9.4</p>
2. POSTO/IPU	<p>-Sistema de CFTV HD, composto gravador de imagem DVR e 10 câmeras bullet HD 720p 2,8mm</p> <p>-Sistema de Alarme, composto de 14 sensores de movimento infravermelho e 04 sensores magnéticos de abertura</p> <p>- Infraestrutura de cabeamento UTP, tubulações, caixas, conectores RJ45, balluns RJ45/P4-BNC, instalação elétrica necessária etc. para todos os sistemas.</p> <p>-Os sistemas serão compostos pelos equipamentos e componentes descritos no item 9.4</p>

9.4 Especificações Básicas do Sistema de Alarme

Seguem abaixo as especificações dos equipamentos, componentes ou materiais e onde os mesmos deverão ser instalados.

9.4.1 Central de Alarme

- Permite monitoramento a distância;
- 20 zonas de monitoramento programáveis;
- Bateria 12V/7A;
- Carregador de bateria inteligente
- Sirene Piezoelétrica de 120 dB;
- Módulo para Telefone com linha física e Módulo GPRS com o chip;
- Reconhece falha de AC, bateria e contém a função Tamper;
- Capacidade para 50 usuários com senha de 4 ou 6 dígitos;
- Armazenamento para 182 eventos;
- Teste periódico programável em horas ou agendada por horário;
- Detecção de corte da linha telefônica;



- Número de memória para discagem;
- Teclado LCD em português;
- Possuir controle remoto;
- Possuir botão de pânico.

9.4.2. Sensores

9.4.2.1. Sensor magnético com fio

Sensor magnético de sobrepor usado em alarmes residenciais e comerciais, acionadores de relés, etc. Ideal para uso em janelas e portas.

- Fixação por adesivo ou parafuso.
- Borne parafusável.
- Distância de acionamento 20mm.
- Alimentação 12 volts.

9.4.2.2. Sensor de Presença Passivo, Infravermelho

- Elemento piroelétrico PIR com duplo elemento;
- Ângulo de abertura: 90° ou 115°;
- Ângulo de horizontal de detecção de 90 graus;
- Alcance do pirosensor: Pelo menos 10m;
- Tempo de estabilização: 20segundos;
- Proteção contra sabotagem e violações;
- Sistema de prevenção contra falsos disparos;
- Largura de pulso ajustável;
- Compensação automática de temperatura;
- Imune a animais abaixo de 20kg;
- Led indicador de funcionamento;
- Proteção contra EMI e RFI (Ondas Eletromagnéticas e Radio Frequências);
- Uso interno ou externo;
- Homologado pela Anatel.

9.4.3. Sirenes

Sirene compacta de alta potência com 1 (um) tom diverso de sons próprios de viaturas policiais e de ambulâncias.

- Alimentação: 12V;
- Consumo: 180 mA a 300mA;
- Capacidade: 120dB;
- Suporte de fixação preparado para instalações na vertical e horizontal



9.4.4. Baterias

A bateria utilizada é de chumbo-ácido 12V, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Uma bateria para uso geral e com uma vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança.

- Tensão: 12 Vdc;
- Capacidade: 6 Ah (C20);
- Flutuação: 13,6V a 13,8V;
- Corrente inicial: 1,6 A a 1,8 A

9.5. Especificações Básicas do Sistema de CFTV

9.5.1. Câmeras de CFTV

- Câmera Fixa HD Bullet
- Alcance Infravermelho IR: 30m
- Lente 2,8mm
- Alimentação Conector P4 fêmea
- Resolução Real HD 720p
- Saída de Vídeo BNC Fêmea
- Alimentação: Conector P4 fêmea
- Consumo Máximo de Corrente 330 mA
- Tensão 12Vcc com tecnologia PoE
- Infravermelho (IR) Inteligente ajustando a luminosidade dos leds
- Controle automático de ganho (AGC - Automatic Gain Control)
- Compensação de luz de fundo (BLC - Backlight Compesation), para as aplicações onde a câmera estiver em situação de visualização com forte contraluz
- Ampla faixa dinâmica (WDR - Wide Dynamic Range) igual ou superior a 90 dB, para as aplicações onde há grande contraste de luz e o conteúdo da imagem deve ser visível nas áreas de menor e maior luminosidade
- Detecção de movimento

OBS: Poderá ser instalada caixa de proteção para as câmeras externas, desde que não danifique a fachada do imóvel. A contratante não se responsabilizará por furtos de equipamentos instalados na área externa do edifício.

9.5.2. Armazenamento de imagens - DVR



- Compatível com as tecnologias HD, IP e Analógica;
- Modo DVR;
- 16 Canais de vídeo BNC + 4 Canais de vídeo IP;
- Gravação em resolução 1080p, 720p, VGA ou superior;
- Compressão inteligente de vídeo em H.264+;
- Saída de vídeo HDMI e VGA;
- Edição de áudio e vídeo;
- Áudio: entrada com 4 canais (RCA), saída com 1 canal (RCA) e áudio bidirecional: 1 canal (RCA);
- Saída spot: 1 saída de vídeo spot configurável (HDMI ou VGA);
- Visualização de imagens já gravadas ou em tempo real por acesso remoto pelo computador ou celular;
- Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera, perda de vídeo e alarme;
- Intervalos de gravação 1~60 min (padrão: 60 min), Pré-gravação: 1~30 segs., Pós-Alarme: 1~300 seg.;
- Modo de busca Hora/data com precisão de segundos, por tipo de evento; alarme e/ou detecção de movimento;
- Funções de reprodução: reprodução, pausa, parar, retrocesso, reprodução rápida, reprodução lenta, próximo arquivo, arquivo anterior, próximo canal, canal anterior, tela cheia, repetição aleatória, seleção do arquivo para backup;
- Modos de backup: pen drive, disco flash, disco rígido USB, DVD RW USB, download por rede;
- Interface RJ-45 (10/100/1000 Mbps) em acordo com o padrão IEEE802.3z;
- Permitir o acesso remoto via celular ou tablete (IOS e Android);
- Qtd. de HDs suportado 2 HDs SATA;
- USB 2 portas (1 traseira, 1 frontal);
- Alimentação DC 12 V, 5 A. com fonte inclusa.
- Deve possuir HD SATA instalado com capacidade que permita a gravação e armazenamento das imagens por período mínimo de 60 (sessenta) dias, compatível com a quantidade e especificações de câmeras de cada CFTV local.

9.5.3. Power Video Balun 16 canais



Os Baluns passivos com transmissão de vídeo e alimentação trazem mais confiabilidade e organização para as instalações de CFTV. O kit completo deve ser composto por power balun, baluns para conexão na câmera e cabos BNC para conexão com DVR. Especificações:

- Fonte chaveada interna bivolt;
- Conduz alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabo UTP CAT5e ou CAT6;
- Entrada: conectores RJ45 (transmite alimentação e recebe sinal de vídeo);
- Entrada auxiliar: conectores RJ45 função 4 em 1, somente para sinal de vídeo (transmite sinal de 4 câmeras através de 1 cabo UTP);
- LED indicativo de alimentação e proteção;
- Saídas com proteção individual PTC contra sobrecarga;
- Compatíveis com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p ou superior;
- Tensão de saída: 13,8 Vdc e potência compatível com a quantidade de câmeras conectadas;
- Acompanham 16 cabos BNC para conexão com o DVR;
- Com fonte ou cabo de alimentação incluso.

9.5.4. Nobreak

O nobreak oferece proteção e energia extra para equipamentos eletrônicos. Ele protege das oscilações da rede elétrica e, em caso de queda no fornecimento de energia elétrica, possui bateria para prolongar a utilização dos equipamentos conectados a ele, garantindo mais tranquilidade e segurança. O equipamento deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Capacidade: 1KVA monofásico ou superior;
- Entrada: Tensão nominal 220Vac ou automática;
- Saída: 120V ou 220V caso os equipamentos conectados suportem essa tensão;
- Forma de onda: senoidal
- Fator de potência: 0,8;
- Proteção contra sobretensão/subtensão da rede elétrica, contra sobreaquecimento no inversor, contra descarga/sobrecarga de bateria e contra sobrecarga e curto-circuito na saída;

Baterias internas de chumbo-ácido de 12 Vdc, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança;

- 6 tomadas de saída (tripolar), de acordo com a NBR 14136;

9.5.5. Monitor ou TV



O monitor utilizado para visualizações das imagens nas instalações de CFTV deve atender as seguintes especificações:

- Tamanho de 32" ou superior;
- Tela LCD LED;
- Conexões VGA e HDMI;
- Resolução 1366 x 768/ 60Hz;
- Tempo de resposta de 5ms;
- O monitor será fixado na parede com suporte para TV;
- Cabo USB para ligação ao DVR.

9.5.6. Mouse

- Deverá permitir o controle do DVR e a manipulação das imagens de vídeo;
- USB óptico com scroll;
- Wireless.

9.6. ELEMENTOS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Todos os materiais relacionados neste item deverão ser fornecidos e instalados por conta da empresa contratada, sendo os valores relativos aos mesmos, cobrados após a instalação, configuração dos equipamentos e realização dos testes necessários.

Todo cabeamento deverá ser lançado através de dutos e caixas (eletrodutos, canaletas, eletrocalhas ou perfilados metálicos), não sendo admitido lançamento de cabo solto no entreferro ou parede;

9.6.1. Cabos UTP

Para o sistema de CFTV deve ser utilizado o cabo UTP. O cabo pode ser associado ao Balun de vídeo, no caso de câmeras analógicas ou HD. Além do sistema ser balanceado, muito menos suscetível a ruídos, ficando a infraestrutura apta a receber também câmeras IP, caso necessário, evitando alteração na infraestrutura física. Deve obedecer ainda às seguintes especificações. Preferencialmente esse tipo de cabo deve ser utilizado para o sistema de alarme.

- Categoria 6;
- Bitola: 24 AWG;
- Fio rígido;
- Revestimento: PVC retardante a chamas;



- Transmissão: 250 Mbps/par (máx. 1000 Mbps);
- Condutores: 8 x 24 AWG (4 pares);
- O cabo deverá ser lançado em perfilados de aço, eletrocalha ou eletrodutos rígidos sobre o entreferro e fixados com abraçadeiras em alguns pontos para fixação;
- A descida dos cabos até o rack deverá ser realizada em eletroduto rígido fixado em alvenaria, ou canaleta metálica ou sob o piso elevado em eletrodutos flexíveis;
- As terminações terão conectores RJ45 para conexão com o power balun e balun passivo;
- Deverá ser lançado um cabo para cada câmera.

9.6.2. Cabos dos sensores para o sistema de alarme

O sistema de alarme pode ser interligado através de cabo UTP ou cabo flexível 4 vias multicores, atendendo ainda as seguintes especificações:

- Confeccionado em fio de cobre estanhado eletrolítico mole;
- Revestido com polietileno de baixa densidade colorido
- Envoltória de PVC branca ou cinza com componente antichama;
- Bitola 28 AWG.

OBS: O cabo de rede UTP categoria 5E ou 6 também poderá ser utilizado para um sistema de alarme.

9.6.3. Baluns

Balun mono

- O Balun Mono conduz alimentação e sinal de vídeo para câmera em distâncias de até 300 metros através de cabo UTP CAT5e ou CAT6. Ele é comercializado em pares, o macho para ser instalado próximo a câmera e a fêmea próximo a fonte de alimentação. Especificações:
- Entrada de alimentação: conector Jack J4 fêmea;
- Saída de alimentação: plug P4 macho;
- Tensão de entrada: 12 ou 24 Vdc;
- Tensão de saída: 12 ou 24 Vdc;
- Corrente máxima de transmissão: 1 A;
- Saída/entrada para transmissão alimentação e vídeo: RJ45;
- Saída/entrada de vídeo (BNC macho): 1;
- Saída com proteção PTC contra sobrecarga;
- LED indicando alimentação e proteção;
- Compatível com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p e Full HD 1080p;



- Padrão de vídeo NTSC;
- Vídeo | Impedância UTP: 100 Q;
- Proteção da entrada/saída de vídeo 2 kV (modo diferencial).

9.6.4. Conectores RJ45

- Compatibilidade com os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 categoria 6.
- Corpo em material termoplástico de alto impacto e não propagante à chama.
- Terminais de conexão padrão 110 IDC, para condutores sólidos de 22 a 26 AWG.
- Permitir a instalação do cabo UTP em ângulo de 180º, visando reduzir o raio de curvatura do cabo. ☐ Testado eletronicamente em fábrica.
- Codificação de pinagem em concordância com o padrão T568A.
- Contatos dos conectores RJ45 em ouro sobre níquel, com espessura mínima de 50 micropolegadas;
- Certificação UL verified ou ETL.
- Identificação dos pares T568A na parte traseira do conector facilitando a instalação e evitando erros de montagem

9.6.5. Eletrodutos

- Os eletrodutos serão do tipo PVC rígido antichama;
- Eletrodutos do tipo PVC rígido deverão obedecer às normas ABNT NBR 15465 e NBR 5410;
- Deverão ser utilizados eletrodutos de aço galvanizado para os ramais de entrada quando as normas locais assim o exigirem.
- As conexões deverão obedecer às mesmas normas dos eletrodutos;
- O fornecimento dos eletrodutos deverá contemplar todos os acessórios para a instalação tais como luvas, curvas, conector tipo box, entre outros, bem como acessórios de fixação e sustentação dos eletrodutos, abraçadeiras e hastes, que deverão ser fixados em alvenaria ou laje no entreferro;
- As conexões e acessórios dos eletrodutos deverão estar incluídos e obedecer às mesmas normas dos eletrodutos.

Obs: Será vedado o uso de mangueira de plástico, ou ainda, a instalação de cabos ou fiação não tubulada, fixada à estrutura ou solta acima de forros, em quaisquer casos. As conexões de eletrodutos em caixas de passagem ou quadros deverão ser através de bucha e arruela de alumínio para fixação e acabamento. A transposição entre os eletrodutos de bitolas diferentes será provida por caixas de passagem.

9.6.6. Canaletas



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- As descidas dos cabos podem ser realizadas de forma aparente através de canaletas.
- Canaletas deverão ser fabricadas em aço pré-zincado ou PVC, na cor preferencialmente branca.
- Deverão ser instaladas, fixadas em parede ou em móvel por meio de parafusos e vir acompanhada dos acessórios de acabamento (cotovelo interno, cotovelo externo, ângulo reto, embutes, derivações, juntas de cobertura etc.).
- As emendas dos dutos deverão ser feitas por meio dos acessórios adequado, e deverão seguir as mesmas características construtivas das canaletas. Não deverá existir derivações em “T” nas canaletas, de forma que não haja cruzamento do cabeamento estruturado com os cabos elétricos.
- Deverá ser previsto o uso de adaptadores (caixas de derivação) para permitir a transposição de eletrodutos para canaletas quando a situação assim o exigir.

9.6.7. Eletrocalhas e Perfilados

As eletrocalhas e os perfilados serão perfurados, produzidos em chapa de aço pré-galvanizado, por imersão a quente, ou galvanizado a fogo com excelente proteção contra corrosão.

As dimensões mínimas adotadas serão de 50x50mm para eletrocalha e de 38x38mm para perfilado. Os acessórios de suporte serão dispostos de forma tal que não ultrapassem o espaçamento de 2,20m um do outro. Deverão ser instaladas no entre forro. Nenhuma das tubulações ou dutos possuirão emendas por sistema de solda, facilitando assim a instalação e diminuindo o tempo de montagem, além de proteção contra corrosão, deverão ser interligadas ao aterramento. A fixação será feita através de ganchos de suspensão simples do tipo longo. Todos os acessórios deverão seguir as mesmas características de constituição do perfilado

9.6.8. Caixas de passagem

- As caixas de passagem de sobrepor e as de embutir em alvenaria serão em PVC antichama.
- Todas as caixas deverão ser providas de tampos aparafusados, formando moldura sobre elas. Terão olhais para assegurar a fixação dos eletrodutos ou canaletas.
- Todas as caixas deverão ter as rebarbas removidas e serem dotadas de buchas e arruelas na conexão com os eletrodutos ou conexões pré-marcadas para canaletas.
- As caixas poderão ser substituídas por condutes, quando possível, nos entreforros.

Obs: para as câmeras conectadas por fibra ótica a alimentação deverá ser levada individualmente até as caixas próximas, instaladas nos postes, e de lá até as câmeras através de cabos UTP que também levará os sinais de vídeo.



9.6.9. Caixas de Tomadas

- Próximo às câmeras e sensores deverão ser instaladas caixas de tomadas com módulo de saída para fios para permitir a ligação direta das câmeras.

9.6.10. Rack para CFTV - gabinete

- Metálico 19" 8u ou superior, para acomodação e segurança do DVR, das fontes, power balum, nobreak, etc;
- Cooler para ventilação;
- Porta com chave;
- Bandeja para fixação do DVR;
- Régua com 5 tomadas ou mais, no padrão NBR 14236;
- Deverá ser fixado em alvenaria;
- O DVR deverá estar fixado no rack através de parafusos;
- O rack deverá estar fixado na alvenaria.

9.6.11. Grade de proteção para câmera externa

- Ótima para proteger suas Câmeras de Segurança em ambientes internos e principalmente externos, perfeitos impedindo furtos ou danos;
- Grade universal com dimensões compatíveis com quase todas as câmeras do mercado;
- Dimensões: Altura 17cm x Comprimento 18cm x Profundidade: 18cm;
- Cores: Preto ou Branco.

9.6.12. Etiquetas de identificação

Os cabos de CFTV para as câmeras e os do alarme para os sensores deverão ser identificados para facilitar a manutenção com o conhecimento da posição, em qual dispositivo está interligado, o tipo e a situação de cada elemento dos sistemas de segurança.

- As etiquetas de identificação deverão estar localizadas nos finais, isto é, nas duas extremidades dos cabos, de forma que seja visível e de fácil identificação;
- As etiquetas de identificação deverão ser fabricadas em OS, com inscrições serigrafadas, nas cores distintas para CFTV e para alarme;

9.6.13. Infraestrutura de rede elétrica



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Caso necessário, a contratada deverá providenciar a alimentação dos dispositivos através da inclusão de circuito elétrico a partir do quadro de distribuição de baixa tensão, com passagem de cabo elétrico com bitola mínima de 2,5mm² e disjuntor exclusivo.

9.6.14. O tipo de infraestrutura a ser instalada e/ou executada as manutenções preventivas e corretivas irá depender dos sistemas e as respectivas tecnologias instaladas ou a serem instaladas nas unidades conforme tabela constante no item **9.3**

9.6.15. Todo o material relacionado no item **9.6** deverá ser fornecido e instalado por conta da empresa contratada, sendo o valor relativo aos mesmos, cobrado após execução da infraestrutura física completa e necessária para a instalação dos equipamentos.

9.6.16. Todos os materiais empregados nos serviços de infraestrutura deverão ser novos e em conformidade com especificações definidas neste termo de referência.

9.6.17. Deverão ser verificadas as especificações acima referentes aos materiais necessários à instalação da infraestrutura, conforme sistemas a serem instalados em cada unidade.

9.6.18. Ao final do contrato, mediante agendamento com a contratante, a empresa contratada poderá retirar seus equipamentos, que tiverem sido disponibilizados, em comodato, ao longo do contrato, para a execução do serviço. A infraestrutura de dutos, cabeamentos, caixas de passagens, conectores, conversores, tomadas, rack, patch panels etc., deverão permanecer na unidade após o término do contrato.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 Para dimensionamento da proposta, o prazo de vigência do Contrato decorrente desta contratação será de **12 meses**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, observadas as disposições deste Termo de Referência e do Contrato.

10.2 A manutenção do contrato será avaliada a cada **doze** meses, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto com respeito à qualidade dos serviços prestados.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano em que ocorreram, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para que sejam tomadas as providências cabíveis.

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e nas condições estabelecidos neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 005, de 2017.

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7 Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia,



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



caso exigida no contrato, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do ar. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 005, de 2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

12.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

12.24 Implantar totalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento de autorização da Contratante através de Ordem de Serviço, a prestação dos serviços nos respectivos locais relacionados, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido.

12.24.1 Arcar exclusivamente com todos os custos relativos à manutenção completa do Sistema de Vigilância Eletrônica contratado, encarregando-se, além da manutenção, de eventuais substituições que se façam necessárias, e o respectivo custo de toda a mão de obra e demais insumos necessários ao pleno e completo funcionamento do citado sistema.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

12.24.2 Garantir que, na ocorrência de mudança de local durante a vigência do contrato, ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área de jurisdição da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal, no estado do Ceará.

12.25 Fornecer à Fiscalização do Contrato, juntamente à Nota Fiscal, relatório mensal de ocorrências de acionamentos ocorridos nos sistemas de segurança.

12.26 Manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos, efetuando manutenção periódica, preventiva e corretiva, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos.

12.27 Substituir equipamentos com defeito utilizado nos sistemas de segurança eletrônica, de propriedade da contratante, por outro a ser fornecido pela contratante ou por outro equipamento, com a mesma especificação, fornecido pela contratada, na forma de comodato, para o qual será pago o mesmo valor mensal de equipamento semelhante previsto na proposta de preço.

12.28 Recuperar ou substituir componentes da infraestrutura que dão suporte aos sistemas de segurança eletrônica, mesmo que não tenha sido instalado pela contratada, na ocorrência de defeitos que interrompam ou prejudiquem o funcionamento dos sistemas de segurança, de forma a retomar as características anteriores.

12.29 Instalar, quando necessária a substituição de materiais dos sistema de segurança, equipamentos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores.

12.30 Manter uma pessoa disponível para contato via telefone, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

12.31 Sugerir à Fiscalização do Contrato eventuais alterações nos pontos de instalação dos sensores e, caso aceitas, proceder a alteração.

12.32 Qualquer necessidade de HARDWARE ou SOFTWARE, quando for o caso, específica para interface das Centrais de Alarme para monitoramento à Distância, instalados em cada local de prestação dos serviços, com o equipamento do prestador de serviço (placas, equipamentos, antenas etc) será de exclusiva responsabilidade da Contratada, devendo esta arcar com todos os custos envolvidos na sua instalação, supervisão, operação e treinamento.

12.33 Após a instalação de cada Sistema de Alarme, a Contratada deverá ministrar um treinamento, de modo que todas as dúvidas sejam esclarecidas e os indicados pela contratante estejam aptos a operar integralmente o sistema.

12.34 Todos os participantes do treinamento deverão assinar um Termo de Declaração de que estão capacitados para operar o Sistema. Neste documento deverá constar O nome da agência, a identificação (nome e matrícula) e assinatura de cada indicado pela contratante treinado.

12.35 Todas as despesas referentes ao treinamento deverão ocorrer por Conta da empresa responsável pela execução da obra/serviços.

12.36 Registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) das atividades envolvidas no objeto do contrato, encaminhando cópia da mesma.

12.37 Atentar para que a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema eletrônico monitorado obedeça às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos.

12.38 Fornecer relatório mensal contendo as ocorrências (eventos), bem como os acessos ao sistema, discriminando, no mínimo, data/hora e usuário que ativou/desativou o alarme e data/hora de ocorrências.

12.39 Reavaliar continuamente, no imóvel onde o serviço é prestado, os riscos reais e/ou potenciais de ocorrência de arrombamentos, bem como identificar as vulnerabilidades, para alterar a localização dos sensores e acessórios utilizados, de forma a atender integralmente ao objeto da contratação

12.40 Cabe à Contratada dar ciência à fiscalização do contrato sobre a finalização de todas as manutenções efetuadas, informando sobre o perfeito restabelecimento do sistema, garantindo o perfeito estado de conservação dos equipamentos e mantendo-os em operação com qualidade, segurança e demais especificações técnicas emanadas do fabricante. A manutenção preventiva inclui inspeções, ajustes, regulagens, lubrificação, substituição de partes ou peças inajustáveis com defeito ou gastas, simulações e realização de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo o sistema interno e externo.

12.41 Realizar manutenções corretivas sempre que a mesma ou a contratante detectar em qualquer imperfeição/defeito no sistema, fazendo-o voltar a operar dentro dos padrões técnicos de segurança requeridos originalmente pelo fabricante, sem que haja a interrupção dos serviços e, nos casos em que requerer, disponibilizar vigilante para cobertura sem ônus adicional.

12.42 Prestar serviços eventuais compreendendo: desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente de alteração interna de 'layout' da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local dentro da área administrada pela unidade administrativa (agências) na qual se encontrem instalados os equipamentos em virtude de mudança da unidade; desativação de equipamentos ou do sistema de segurança.

12.43 Fornecer as senhas de acesso que serão solicitadas, exclusivamente, pela Chefe da unidade ou pelo fiscal do contrato em até 6 (seis) horas úteis, contadas da sua solicitação, no local de prestação dos serviços. A solicitação poderá ser feita via e-mail.

12.44 Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios preexistentes nos equipamentos, os quais não implicam em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada.

12.45 Apresentar, na assinatura do contrato, cronograma de instalação dos equipamentos e do suporte técnico.

12.46 Apresentar, na assinatura do contrato, relação dos profissionais que executarão o serviço de engenharia, acompanhada das devidas certificações.

12.47 Quando da instalação dos equipamentos nas unidades, a Contratada terá a responsabilidade de desinstalar os equipamentos de vigilância eletrônica remanescentes de contratações anteriores, se for o caso, embalando-as adequadamente e entregando-as ao Chefe da Unidade Local que deverá encaminhar para esta SRRF03.



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



12.48 Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração.

12.49 Assumir as despesas que incidiram ou venham a incidir sobre o Contrato, com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes no Diário Oficial da União, cuja publicação será providenciada pela Administração.

12.50 Propiciar aos empregados todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

12.51 Fornecer número telefônico fixo e móvel, fax, e-mail, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

12.52 Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração, não sendo permitido aos funcionários da Contratada retirar-se dos prédios ou instalações do Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da Fiscalização do Contrato.

12.53 A Contratada realizará trimestralmente manutenção preventiva do sistema de alarmes. Cabe à Contratada dar ciência à fiscalização do contrato sobre a finalização de todas as manutenções efetuadas informando sobre o perfeito restabelecimento do sistema, garantindo o perfeito estado de conservação dos equipamentos e mantendo-os em operação com qualidade, segurança e demais especificações técnicas emanadas do fabricante. A manutenção preventiva consiste em inspeções, ajustes, regulagens, lubrificação, substituição de partes ou peças inajustáveis com defeito os gastos, simulações e realização de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo o sistema interno e externo.

12.54 Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.55 Impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Administração.

12.56 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

12.57 Estar ciente de que a fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da contratada.

12.58 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuá-los de acordo com as especificações constantes do contrato.

12.59 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

12.60 Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.

12.61 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



12.62 Substituir imediatamente, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato e independentemente de qualquer justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público.

12.63 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

12.64 Adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento a instrução Normativa SLTI/MPOG nº 001, de 2010:

- a) Orientar seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c) Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Administração; ou
- d) Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Administração, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 1999.

12.65 Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços.

12.66 Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato.

12.67 Todos os documentos devem ser apresentados através de cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas do original para serem autenticadas pelo servidor público responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos.

12.68 Apresentar anualmente o comprovante de quitação de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Ceará – CREA/CE. Como também do responsável técnico.

12.69 Entregar, após a conclusão das instalações, o projeto “as built” do sistema de segurança eletrônico instalado, devidamente acompanhado de memoriais descritivos e detalhes construtivos de todo o sistema.

12.70 Fornecer todo o material e peças de substituição que se fizerem necessários ao seu pleno funcionamento.

12.71 Realizar o serviço objeto da presente contratação com materiais de qualidade, assim como com profissionais qualificados e nos prazos previstos.

12.72 Refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pela fiscalização do contrato.

12.73 Quando utilizar o sistema de discagem via telefonia longa distância, seguir a orientação da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal, quanto à operadora a ser utilizada. Caso contrário, a contratada deverá arcar com o custo das ligações entre as Centrais de Alarme para Monitoramento à distância e o equipamento do prestador de serviço.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 005, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.15 Os atores que participarão da gestão do contrato serão:

- I. Fiscal do Contrato;*
- II. Fiscal Auxiliar do Contrato;*
- III. Preposto da Contratada;*
- IV. Público Usuário;*
- V. Autoridade Competente.*

15.16 A definição do(s) fiscal(is) do contrato será realizada por meio de Portaria(s) expedidas pelo Titular da Unidade.

15.17 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o Contratante e o Contratado serão: por meio de telefone, e-mail, ofícios e reuniões.

15.18 O critério de remuneração da Contratada adotado será por preço fixo, já que o serviço não possui variáveis.

15.19 Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 005, de 2017.

15.20 O IMR – Instrumento de Medição de Resultado é um ajuste escrito, entre as partes, anexo ao contrato, que define – em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis – os níveis esperados de qualidade na prestação do serviço, as respectivas adequações de pagamento e deve ser considerado pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

15.21 O pagamento deverá ser proporcional ao atendimento das metas. Portanto, quando a contratada não produzir os resultados, ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida, ocorrerão descontos no pagamento devido, sem prejuízo das demais penalidades constantes do contrato.

15.22 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal do Contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

15.23 O IMR – Instrumento de Medição de Resultado tratará das metas de tempo de atendimento, de acordo com a expectativa da Administração com relação aos resultados esperados na execução dos serviços. Os indicadores serão aferidos pelo Contratante conforme tabela abaixo:

Indicadores	Metas de Tempo de Atendimento
Prazo para manutenção corretiva	48 horas a partir do chamado
Periodicidade da Manutenção Preventiva	Trimestral

15.24 As pontuações serão ponderadas e computadas a cada ocorrência, conforme definido no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, que será parte integrante do Contrato.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo IV do Edital**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.2.1 não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18 DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice *IPCA* ou *INPC*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.2.1 O índice a ser aplicado é aquele que for mais vantajoso para a contratante.

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. O valor do contrato, o não-fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, a baixa complexidade do fornecimento contratado e a ausência de riscos relevantes justificam a não exigência da apresentação da garantia contratual.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2



INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01



9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor são:

22.3.1 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em nome da empresa, em plena validade; na qual conste responsável técnico com habilitação para execução de atividade compatível com o objeto desta contratação, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da empresa.

22.3.1.1 Em se tratando de empresa de outros estados da Federação, não registrados no CREA do estado do Ceará, deverá ser apresentado, no ato da assinatura do contrato, o respectivo visto do CREA – CE.

22.3.2 **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** comprovação da empresa de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA (engenheiro), detentor de atestado de responsabilidade técnica (conforme art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977) relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber, serviços de instalação, locação e manutenção (preventiva e corretiva).

22.3.2.1 Entende-se, para fins desta contratação, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso a empresa se sagre vencedor do certame e venha a ser contratado.

22.3.2.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- a Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017
- b Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- c Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017.
- d Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017.
- e As **licitantes** deverão apresentar comprovação de capacidade técnico operacional por meio da apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que gerencia ou gerenciou, por meio de execução própria ou subcontratada, serviços de locação e manutenção de sistemas de alarme e Circuito Fechado de Televisão compreendendo, no mínimo:
 - e.1) 05 (cinco) sensores de alarme em uma mesma edificação;
 - e.2) 05 (dez) câmeras de segurança em uma mesma edificação;
 - e.3) 02 (duas) edificações de forma concomitante, em municípios diferentes, independentemente do número de sensores e câmeras em cada uma.

22.3.4 Declaração de que instalará escritório na cidade de Fortaleza ou suas respectivas regiões metropolitanas, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MPDG nº 005, de 2017. Caso a empresa já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

22.3.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

22.4 Prova de atendimento aos requisitos previstos no Anexo VI-A, item 9, da IN SEGES/MPDG nº005, de 2017.

22.5 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.5.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.6 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até **R\$ 61.740,00 (sessenta e um mil, setecentos e quarenta reais)**.

22.7 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.8 As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS

23.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

23.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisas de preços junto a empresas que atuam no mercado.

LOCAL	ARF/CRA	POSTO/IPU
Orçamento 1	58.560,00	64.560,00
Orçamento 2	24.000,00	24.000,00
Orçamento 3	24.960,00	27.140,00
Mediana Global 12 meses	30.300,00	31.440,00

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

24.1.1 Gestão/Unidade: 00001/170040;

24.1.2 Fonte de Recursos: 0150251030;

24.1.3 Programa de Trabalho: 04122003220000001;

24.1.4. Elemento de Despesa: 339039-77;

24.1.5 Plano Interno: PIUVIGILAN;



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



ANEXOS

Anexo I – Modelo de Proposta de Preço

Anexo II – Modelo de Declaração de visita ao local

Anexo III – Plantas dos imóveis

Anexo IV – Estudos Preliminares

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
(MODELO)
PROPOSTA DE PREÇO

....., inscrita no CNPJ n.º por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
....., apresenta a sua Proposta de Preço para o serviço de segurança eletrônica para implantação do sistema de alarme e detecção de intrusos e sistema de circuito fechado de televisão – CFTV, com gravação de imagens (sem monitoramento), compreendendo locação, instalação e configuração de todo equipamento pertinente e necessário, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, materiais e infraestrutura necessária e treinamento para operação do sistema nos prédios da Agência da Receita Federal do Brasil de Crateús – **ARF/CRA** e do Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil de Ipu – **POSTO/IPU**, conforme documentação recebida, nos seguintes termos:

A) REQUISITANTE: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal, CNPJ nº 00.394.460/0078-20

B) PREÇO GLOBAL: R\$ (Total anual dos Itens 1 e 2)

C) PREÇO GLOBAL POR EXTENSO:

D) VIGÊNCIA: 12 MESES

E) VALIDADE DA PROPOSTA: (.....) dias consecutivos.

Dados da Empresa:

a) Razão Social:

b) CNPJ:

c) Endereço:

d) Telefone/Fax;

e) E-mail:

.....
(data)

.....
(representante legal devidamente identificado)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**ITEM 1 – ARF/CRA****Subitem 1.1 – SISTEMA DE CFTV**

a) LOCAÇÃO (incluindo as manutenções preventivas e corretivas)	QTD	Custo unitário R\$ (mensal)	Subtotal R\$ (mensal)
DVR 16 canais, com HD e mouse	01		
Câmera Bullet HD 720p, 2,8mm, ou superior (interna ou externa)	10		
Power Video Balun com 16 canais com cabos e acessórios	01		
Monitor ou TV 32", com conexão para DVR, acompanhado de cabo HDMI 15m ou superior e de suporte para fixação em parede ou divisória	01		
Nobreak 1KVA com baterias internas seladas	01		

Subitem 1.2 – SISTEMA DE ALARME

b) LOCAÇÃO (incluindo as manutenções preventivas e corretivas)	QTD	Custo unitário R\$ (mensal)	Subtotal R\$ (mensal)
Central de Alarmes, com fonte, bateria, teclado, controle e Módulo GPRS	01		
Sensor infravermelho passivo	10		
Sensor magnético de abertura	03		
Sirene	02		

Subitem 1.3 – INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

c) INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA - Incluindo todos os materiais necessários para instalação dos sistemas de CFTV e Alarme (10 câmeras, central de alarme com 10 sensores de movimento infravermelho e 03 sensores magnéticos de abertura, cabeamento, dutos, conectores, rack etc.), mão de obra, projeto, emissão de ARTs, instalação e configuração de todos os equipamentos e treinamento	1	Custo único	
--	---	-------------	--

Valor Total do Item 1	Total R\$ (Mensal)	Total R\$ (Anual)
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA (Subitem 1.1 + Subitem 1.2)		
INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (Subitem 1.3)	-	
	Total Anual do Item 1	

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**ITEM 2 – POSTO/IPU****Subitem 2.1 – SISTEMA DE CFTV**

a) LOCAÇÃO (incluindo as manutenções preventivas e corretivas)	QTD	Custo unitário R\$ (mensal)	Subtotal R\$ (mensal)
DVR 16 canais, com HD e mouse	01		
Câmera Bullet HD 720p, 2,8mm, ou superior (interna ou externa)	10		
Power Video Balun com 16 canais com cabos e acessórios	01		
Monitor ou TV 32", com conexão para DVR, acompanhado de cabo HDMI 15m ou superior e de suporte para fixação em parede ou divisória	01		
Nobreak 1KVA com baterias internas seladas	01		

Subitem 2.2 – SISTEMA DE ALARME

b) LOCAÇÃO (incluindo as manutenções preventivas e corretivas)	QTD	Custo unitário R\$ (mensal)	Subtotal R\$ (mensal)
Central de Alarmes, com fonte, bateria, teclado, controle e Módulo GPRS	01		
Sensor infravermelho passivo	14		
Sensor magnético de abertura	04		
Sirene	02		

Subitem 2.3 – INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

c) INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA - Incluindo todos os materiais necessários para instalação dos sistemas de CFTV e Alarme (10 câmeras, central de alarme com 14 sensores de movimento infravermelho e 04 sensores magnéticos de abertura, cabeamento, dutos, conectores, rack etc.), mão de obra, projeto, emissão de ARTs, instalação e configuração de todos os equipamentos e treinamento	1	Custo único	
--	---	-------------	--

Valor Total do Item 2	Total R\$ (Mensal)	Total R\$ (Anual)
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA (Subitem 2.1 + Subitem 2.2)		
INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (Subitem 2.3)	-	
	Total Anual do Item 2	

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
(MODELO)****DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL**

....., CPF,
representante legal da empresa, declara que possui pleno conhecimento do objeto da presente contratação e concorda com todas as exigências contidas no Termo de Referência e anexos para execução do **serviço de segurança eletrônica para implantação de sistema de circuito fechado de televisão – CFTV, com gravação de imagens e de sistema de alarme e detecção de intrusão, compreendendo a locação, instalação, configuração e testes de todo equipamento pertinente e necessário, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, materiais, instalação de infraestrutura necessária e treinamento para** a Agência da Receita Federal do Brasil de Crateús – **ARF/CRA** e para o Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil de Ipu – **POSTO/IPU e:**

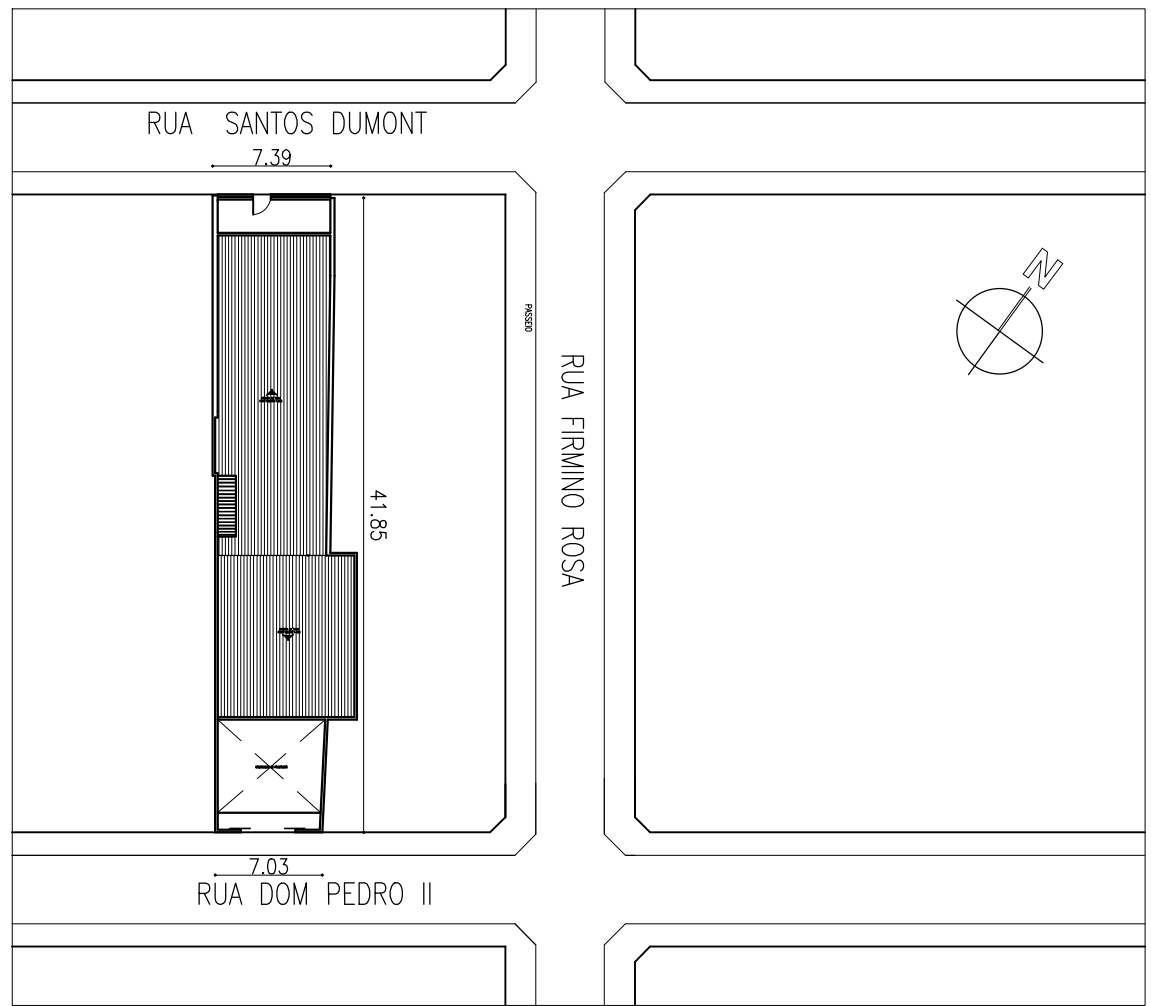
☐ visitou os locais onde serão executados os serviços e é detentor de todas as informações necessárias para execução dos serviços, ou

☐ que OPTOU por não realizar a visita/vistoria ao local de execução dos serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços previstos.

..... de de 2021

**Assinatura do representante legal
devidamente identificado**

Anexo III do Termo de Referência Plantas dos Imóveis



01 PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA SEM ESCALA

- ESPECIFICAÇÕES
- PISO
- 1 PISO EM PLACAS PRÉ-MOLDADAS DE CIMENTO ASPERO EXISTENTE
 - 2 GRANITO NA COR CINZA
 - 3 CERÂMICA 20 X 20 CM NA COR BRANCA
- PAREDE
- 1 CONCRETO APARENTE
 - 2 PAREDE REVESTIDA EM PLACAS DE MELAMÍNICO NA COR BRANCO GELO
- 1 CERÂMICA ESMALTADA 10 X 10 CM NA COR BRANCA
- 2 CERÂMICA ESMALTADA 10 X 10 CM NA COR AZUL
- 3 CERÂMICA ESMALTADA 20 X 20 cm NA COR BRANCA ATÉ O TETO
- TETO
- 1 LAJE EMASSADA E PINTADA NA COR BRANCO NEVE
 - 2 TELHA APARENTE
 - 3 SOMBREADOR EM POLIETILENO NA COR AZUL

QUADRO DE ESQUADRIAS					
PORTAS	REFEREN	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	TIPO MATERIAL
P1	1.00	1.10	-	ABRIR	ALUMINIO E VIDRO
P2	0.90	2.10	-	ABRIR	MADREIRA
P3	0.90	2.10	-	ABRIR	MADREIRA
P4	0.90	2.10	-	ABRIR	ALUMINIO E VIDRO
P5	0.90	2.10	-	ABRIR	MADREIRA
PT1	1.00	2.10	-	ABRIR	FERRO
PT2	1.00	2.10	-	ABRIR	FERRO
JANELAS	REFEREN	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	TIPO MATERIAL
J1	3.00	1.10	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J2	1.40	1.10	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J3	1.80	1.10	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J4	0.90	0.40	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J5	0.90	1.00	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J6	1.00	1.00	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J7	0.90	0.40	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J8	1.80	0.40	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO
J9	0.70	0.60	1.00	CONFEIR	ALUMINIO E VIDRO

03					
02					
01	REVISÃO CONFORME ANÁLISE 17/10	31/10/2014	JULIANA TENÓRIO	DORALY VIEIRA LESSA	
00	EMIÇÃO INICIAL	20/08/2013	JULIANA TENÓRIO	JULIANA TENÓRIO	
REV	MODIFICAÇÃO	DATA	AUTORES DO PROJETO	DESENHISTAS	

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO CARIMBO:

ESPAÇO PARA CÁLCULO DE ÁREA:		
TERRENO	270.74M²	PAYMENTADA
CONSTRUIDA	214.58M²	COBERTA
PERÍMETRO DO TERRENO		214.58M²

PROPRIETÁRIO: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG. CIVIL GEORGE MAGNO BEZERRA PEIXOTO - CREA 0203403371

PROJETO: ARQ. JULIANA TENÓRIO - CAU 84444-6/AL

OBRA:
PRÉDIO DA RECEITA FEDERAL DE CRATEÚS-CE

ENDEREÇO DA OBRA:
**RUA SANTOS DUMONT, Nº 235, CENTRO
CEP 63700-000**

DESENHO: DANIELA LOUREIRO

CLIENTE:

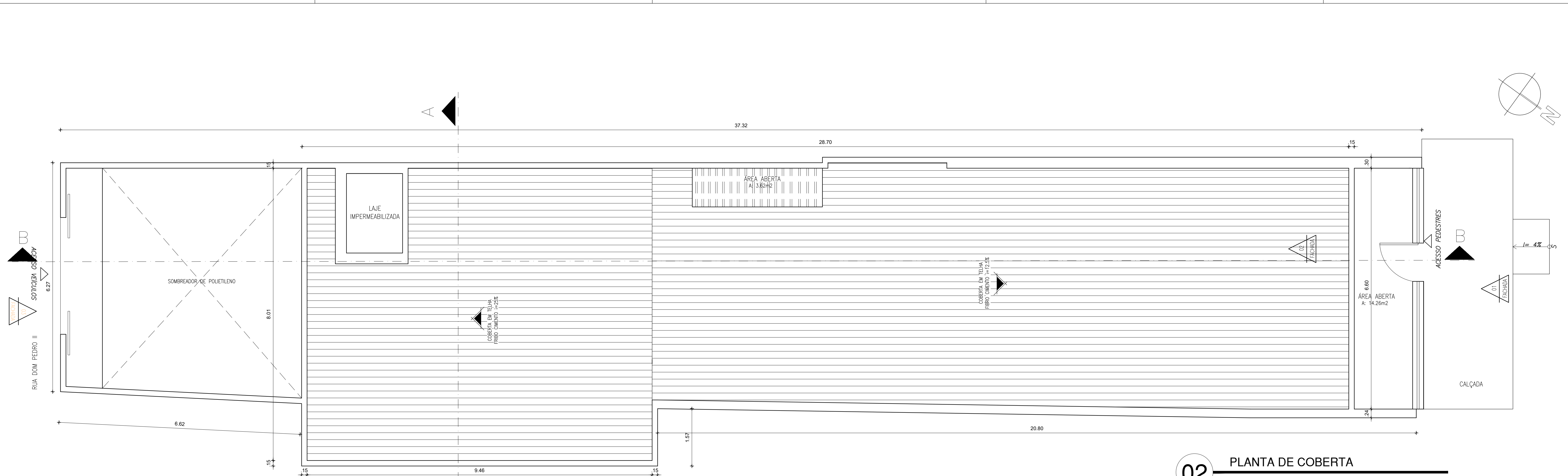


IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:
PLANTA DE SITUAÇÃO PLANTA DE COBERTA
PLANTA BAIXA

CODIFICAÇÃO DO ARQUIVO:

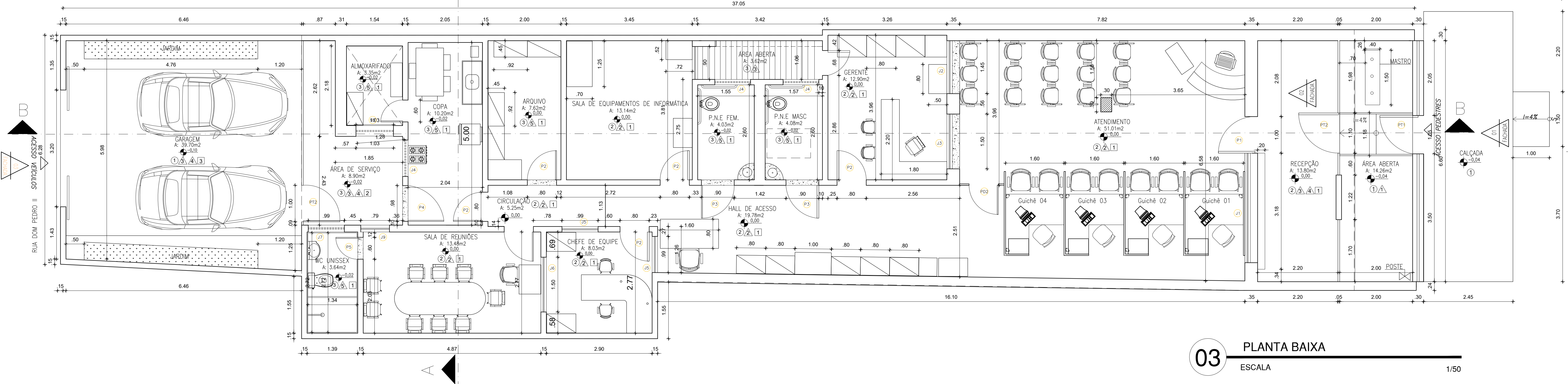
Nº DA PRANCHA:
ARQ 01/02

ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SUJEITO A ALTERAÇÕES SEM ORDEM EXPRESSA DO AUTOR



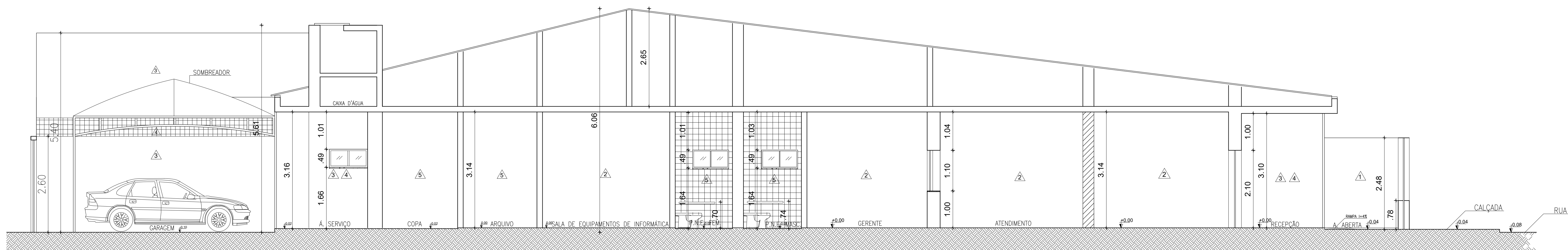
02 PLANTA DE COBERTA

ESCALA 1/50



03 PLANTA BAIXA

ESCALA 1/50



01 CORTE BB

ESCALA 1/50

ESPECIFICAÇÕES

PISO

- ① PISO EM PLACAS PRÉ-MOLDADAS DE CIMENTO ÁSPERO EXISTENTE
- ② GRANITO NA COR CINZA
- ③ CERÂMICA 20 X 20 CM NA COR BRANCA

PAREDE

1. CONCRETO APARENTE
 2. PAREDE REVESTIDA EM PLACAS DE MELAMÍNICO NA COR BRANCO GELADO
 3. CERÂMICA ESMALTADA 10 x 10 CM NA COR BRANCA
 4. CERÂMICA ESMALTADA 10 x 10 CM NA COR AZUL
 5. CERÂMICA ESMALTADA 20 x 20 cm NA COR BRANCA ATÉ O TETO.

TETO

- 1 LAJE EM ASSADA E PINTADA NA COR BRANCO NEVE
- 2 TELHA APARENTE
- 3 SOMBREADOR EM POLIETILENO NA COR AZUL

QUADRO DE ESQUADRIAS						
PORTAS						
REFEREN.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	TIPO	MATERIAL	
P1	1,00	2,10	-	ABRIR	ALUMINIO E VIDRO	
P2	0,80	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	
P02	0,80	2,10	-	ABRIR	DIVISÓRIA	
P3	0,90	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	
P4	0,98	2,10	-	ABRIR	ALUMINIO E VIDRO	
P5	0,60	2,10	-	ABRIR	MADEIRA	
PT1	1,05	2,10	-	ABRIR	FERRO	
PT2	1,00	2,10	-	ABRIR	FERRO	
JANELAS						
REFEREN.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	TIPO	MATERIAL	
J1	3,00	1,10	1,00	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J2	1,48	1,10	1,00	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J3	1,50	1,10	1,00	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J4	0,98	0,49	1,64	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J5	0,98	1,08	1,03	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J6	1,50	1,08	1,03	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J7	0,98	0,49	1,64	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J8	1,03	0,49	1,13	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	
J9	0,79	0,69	1,34	CORRER	ALUMINIO E VIDRO	

03				
02				
01	REVISÃO CONFORME ANÁLISE 17/10	31/10/2014	JULIANA TENÓRIO	DORALYCE LEISA
00	EMIÇÃO INICIAL	20/08/2013	JULIANA TENÓRIO	JULIANA TENÓRIO DANIELA LOUREIRO
REV.	MODIFICAÇÃO	DATA	AUTORES(S) DO PROJETO	DESENHISTA(S)

ESPAÇO PARA APROVAÇÃO/ CARIMBO:

ESPAÇO PARA CÁLCULO DE ÁREA:			
TERRENO	270,74M²	PAVIMENTADA	
CONSTRUIDA	214,58M²	CCBERTA	214,58M²
PERÍMETRO DO TERRENO			

PROPRIETÁRIO: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG. CIVIL GEORGE MAGNO BEZERRA PEIXOTO - CREA 0203403371

PROJETO: ARQ. JULIANA TENÓRIO - CAU 84444-B/AL

 <p>PILAR ARQUITETURA E URBANISMO</p> <p><small>PROJ. 2020/01/01</small></p>	<h2 style="text-align: center;">LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO</h2>
	<p>OBRA:</p> <p style="text-align: center;">PRÉDIO DA RECEITA FEDERAL DE CRATEÚS-CE</p>
	<p>ENDEREÇO DA OBRA:</p> <p style="text-align: center;">RUA SANTOS DUMONT, Nº 235, CENTRO</p>
	<p style="text-align: center;">CEP 63700-000</p>

DESENHO: DANIELA LOUREIRO

CLIENTE:	
----------	--



IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:
CORTES E FACHADAS

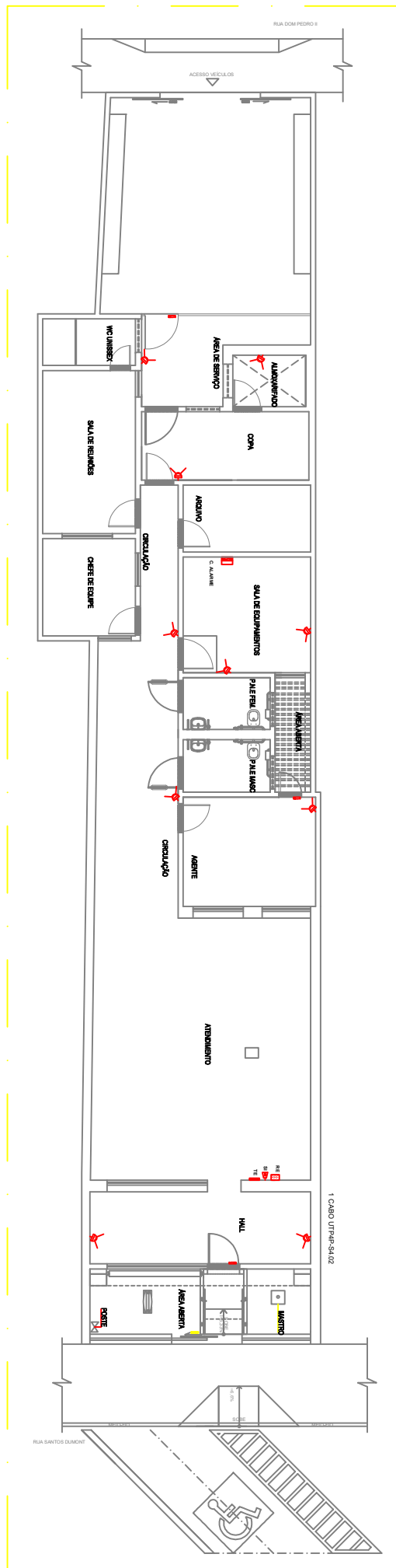
CODIFICAÇÃO DO ARQUIVO:

<p>CODIFICAÇÃO DO ARQUIVO:</p>

	Nº DA PRANCHA
--	---------------

ARQ 02/02

ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES SEM ORDENS EXPRESSAS DO AUTOR




LEGENDA

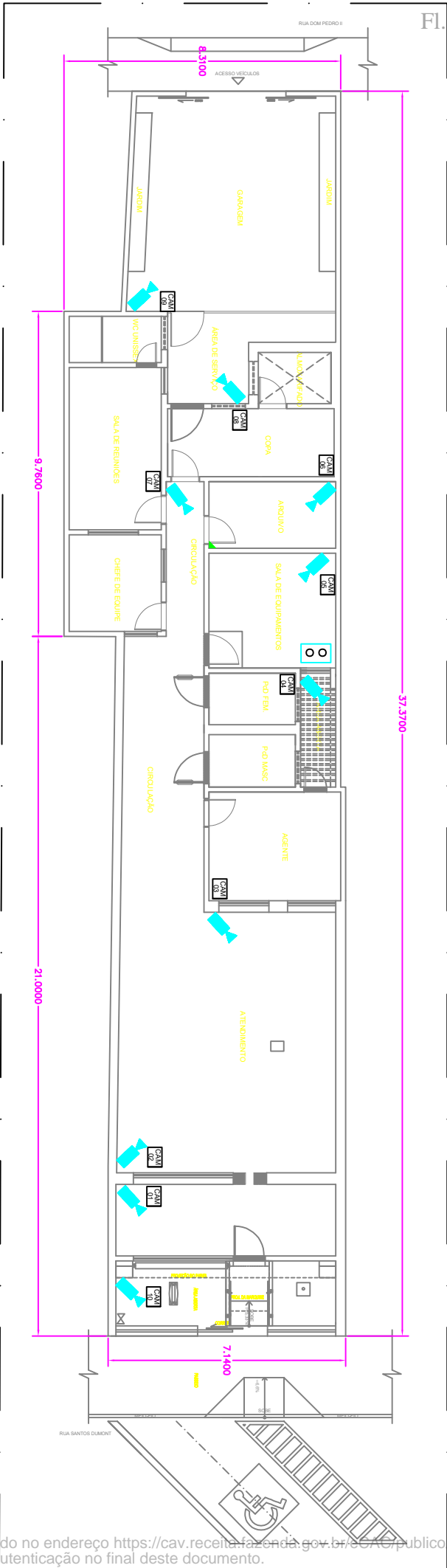
Equipamentos

- RACK (notebook, DVR, Power Beam)
- Câmera HD a ser instalada
- Câmera HD instalada
- Central de alarme para até 18 zonas - Ir-2,00m
- Receptor de rádio Infravermelho - Ir-2,30m
- Sensor de presença de intrusão com 90° na parede - Ir-2,30m
- Mini sensor magnético (ver com fio de abertura para portas - Ir-2,0m
- Sirene eletrônica 14 (120db - Ir-2,30m
- Teclado de alarme para até 18 zonas - Ir-1,50m

SUGESTÃO DE ALOCAÇÃO DOS ITENS DO SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO SEM ESCALA

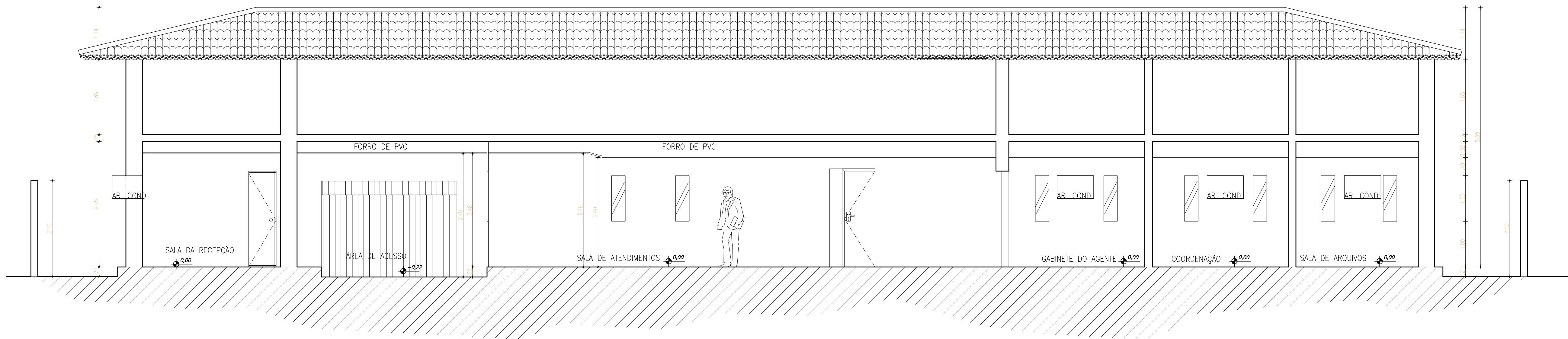
LEGENDA

Equipamentos	
	- RDCX (rodexak, DVR, PowerBaun)
	- Câmera HD a ser instalada
	- Câmera HD instalada
	- Central de alarme para até 18 zonas - h=2,00m
	- Receptor de rádio frequência - h=2,30m
	- Sensor de presença de infravermelho de 90° na parede - h=2,30m
	- Mini sensor magnético leve com fio de abertura para portas - h=2,10m
	- Sirene eletrônica de 120db - h=2,30m
	- Tectado de alarme para até 18 zonas - h=1,50m

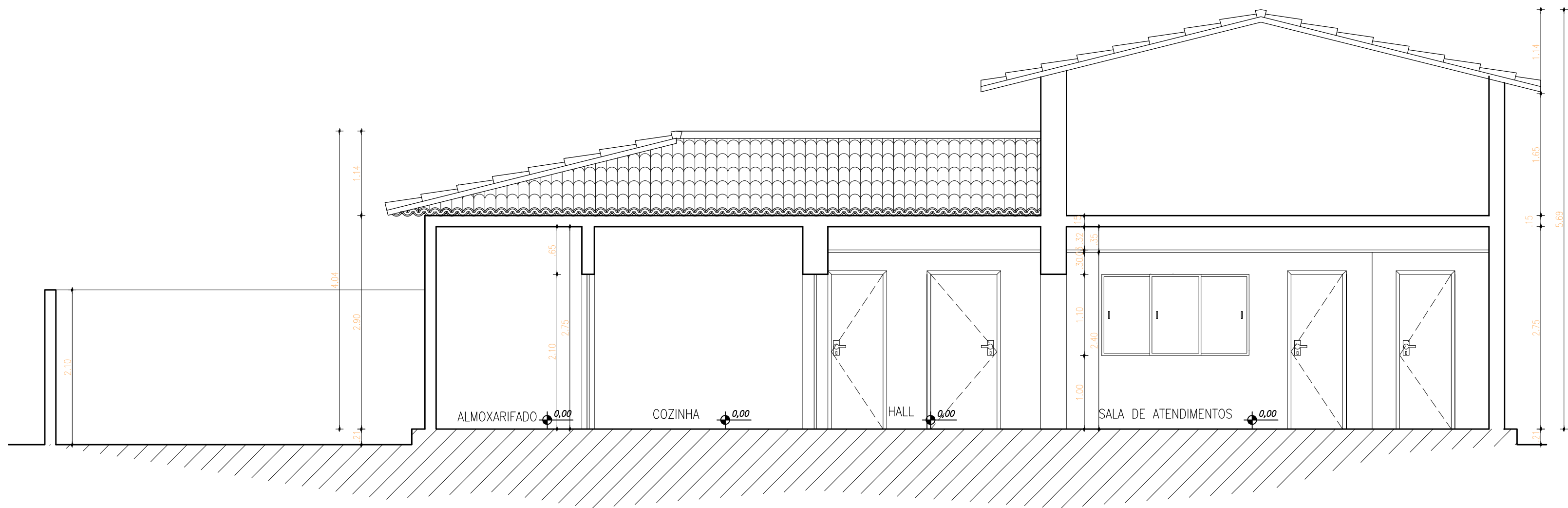




ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES SEM ORDENS EXPRESSAS DO AUTOR



01 CORTE AA
ESCALA 1/50



02 CORTE BB
ESCALA 1/50

CORTE: F/ PLANTA EM A1			
COR	NT	PREM	COR
01	0.18	0.18	07
02	0.20	0.20	07
03	0.60	0.60	07
04	0.30	0.30	07
05	0.18	0.18	07
06	0.70	0.70	07
07	0.40	0.40	07
08	0.20	0.20	07
09	0.10	0.10	07
10	0.15	0.15	07

03					
02	REVISÃO CONFORME ANÁLISE DO DIA 10/11/2014	12/11/2014	JULIANA TENÓRIO	MIRYAN TENÓRIO	
01	REVISÃO CONFORME ANÁLISE DO DIA 17/10/2014	31/10/2014	JULIANA TENÓRIO	MIRYAN TENÓRIO	
00	EMIÇÃO INICIAL	20/08/2013	JULIANA TENÓRIO	JULIANA TENÓRIO DANIELA LOUREIRO	
REV.	MODIFICAÇÃO	DATA	AUTOR(ES) DO PROJETO	DESENHISTA(S)	


ESPAÇO PARA APROVAÇÃO/ CARIMBO:

ESPAÇO PARA CÁLCULO DE ÁREA:			
TERRENO	640.98 m²	PAVIMENTADA	385.87 m²
CONSTRUÍDA	305.81 m²	COBERTA	358.13 m²
PERÍMETRO DO TERRENO	104.21 m		

PROPRIETÁRIO: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG. CIVIL GEORGE MAGNO BEZERRA PEIXOTO - CREA 0203403371

PROJETO: ARQ. JULIANA TENÓRIO - CAU 84444-6/AL



OBRA:
PRÉDIO DA RECEITA FEDERAL DE IPU
ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA AILTON ARAGÃO, N 1678, CANUDOS
CEP 62250-000

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

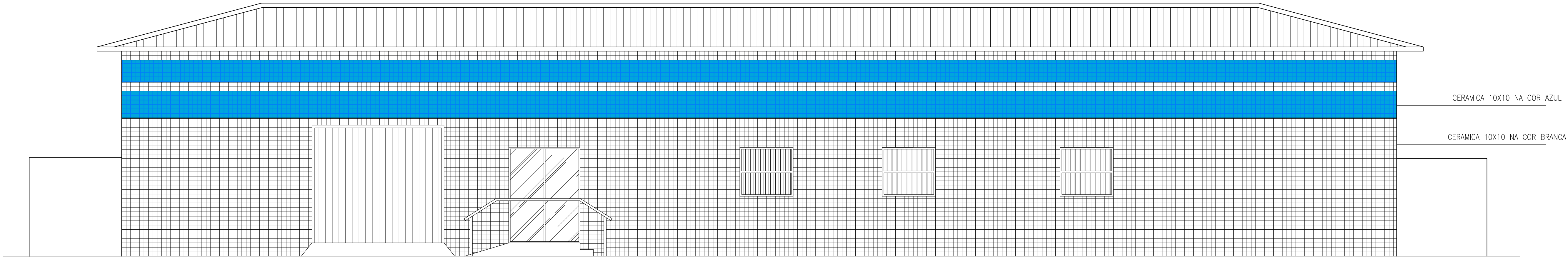
DESENHO: ELDER DUARTE

CLIENTE:



IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:		Nº DA PRANCHA:	
CORTES		ARQ 02/03	
CODIFICAÇÃO DO ARQUIVO:		ESCALA: INDICADA	

ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES SEM ORDENS EXPRESSAS DO AUTOR.



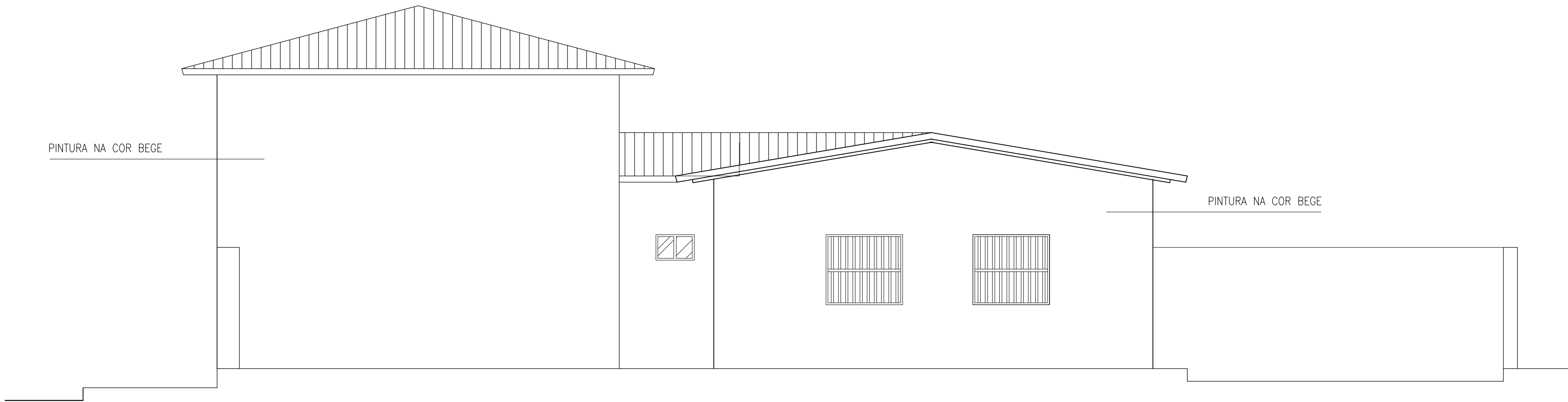
CERAMICA 10X10 NA COR AZUL

CERAMICA 10X10 NA COR BRANCA

01 FACHADA 01

ESCALA

1/50



PINTURA NA COR BEGE

PINTURA NA COR BEGE

02 FACHADA 02

ESCALA

1/50

CORPES: 1/2 PLANTAS EM A1			
COR	Nº	PREM	COR
01	0.18	0.07	0.07
02	0.20	0.07	0.07
03	0.60	0.07	0.07
04	0.30	0.07	0.07
05	0.18	0.07	0.07
06	0.70	0.07	0.07
07	0.40	0.07	0.07
08	0.20	0.07	0.07
09	0.10	0.07	0.07
10	0.15	0.07	0.07

03					
02	REVISÃO CONFORME ANÁLISE DO DIA 10/11/2014	12/11/2014	JULIANA TENÓRIO	MIRYAN TENÓRIO	
01	REVISÃO CONFORME ANÁLISE DO DIA 17/10/2014	31/10/2014	JULIANA TENÓRIO	MIRYAN TENÓRIO	
00	EMIÇÃO INICIAL	20/08/2013	JULIANA TENÓRIO	JULIANA TENÓRIO DANIELA LOUREIRO	
REV.	MODIFICAÇÃO	DATA	AUTOR(ES) DO PROJETO	DESENHISTA(S)	

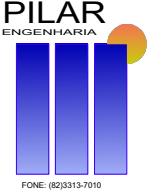
ESPAÇO PARA APROVAÇÃO/ CARIMBO:

ESPAÇO PARA CÁLCULO DE ÁREA:			
TERRENO	640,98 m²	PAVIMENTADA	385,87 m²
CONSTRUÍDA	305,81 m²	COBERTA	358,13 m²
PERÍMETRO DO TERRENO	104,21 m		

PROPRIETÁRIO: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG. CIVIL GEORGE MAGNO BEZERRA PEIXOTO - CREA 0203403371

PROJETO: ARQ. JULIANA TENÓRIO - CAU 84444-6/AL



OBRA:
PRÉDIO DA RECEITA FEDERAL DE IPU
ENDEREÇO DA OBRA:
AVENIDA AILTON ARAGÃO , N 1678, CANUDOS
CEP 62250-000

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

DESENHO: ELDER DUARTE

CLIENTE:



IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

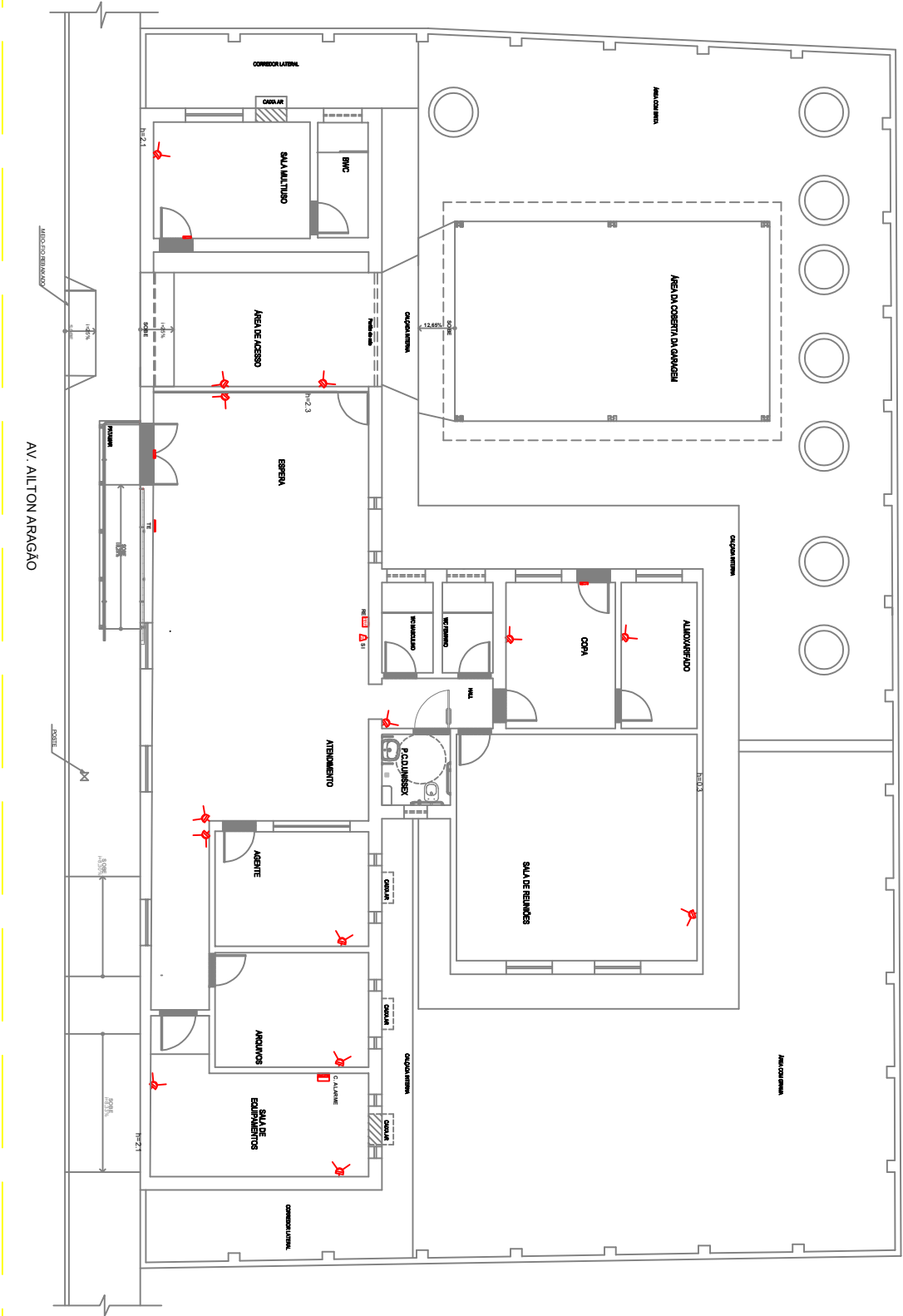
FACHADAS
CODIFICAÇÃO DO ARQUIVO:

Nº DA PRANCHA:

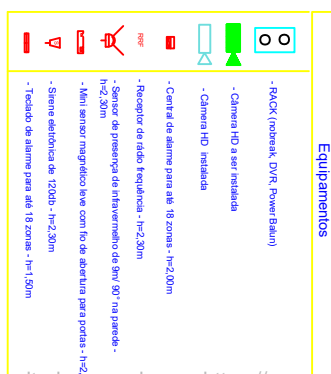
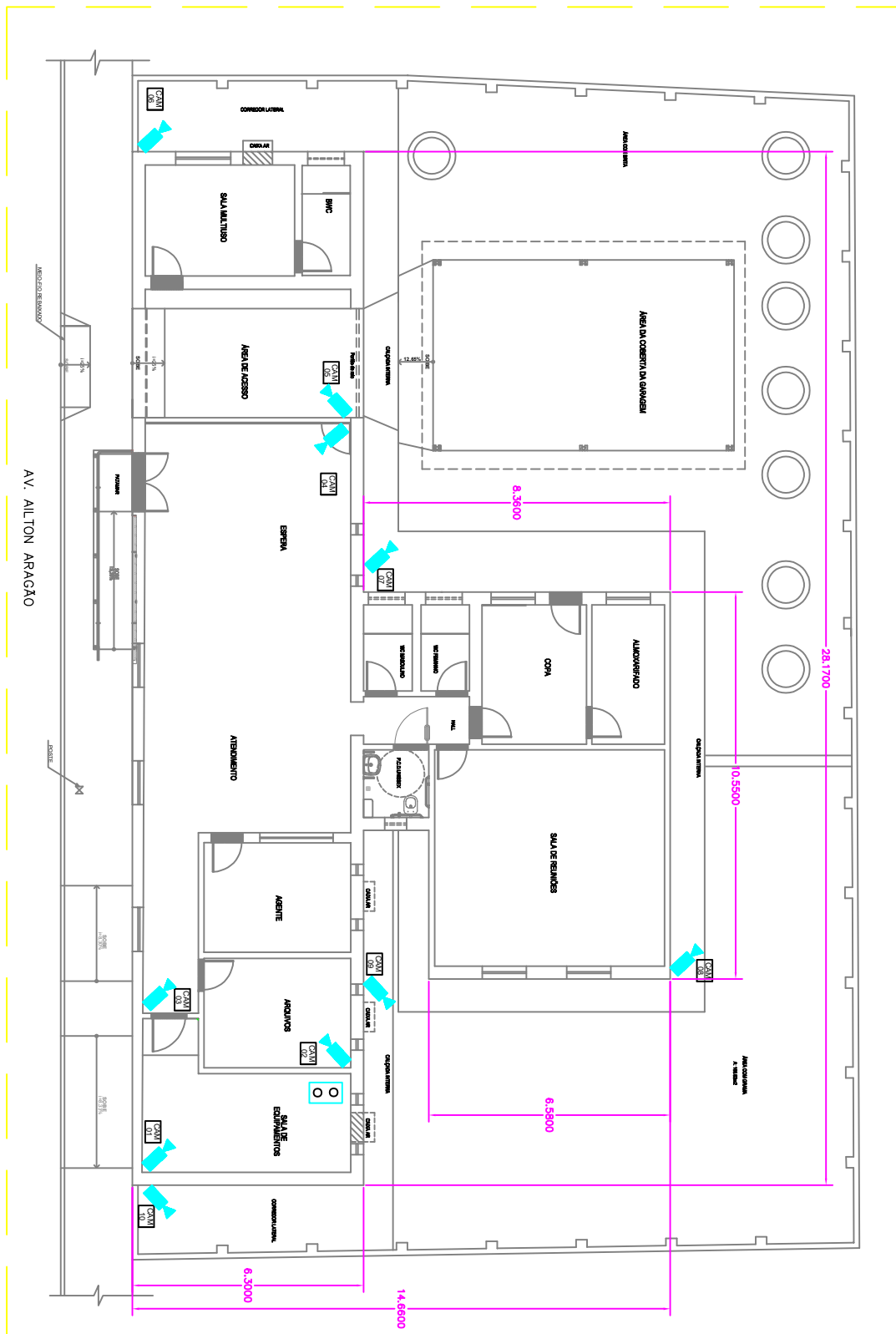
ARQ 03/03

ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES SEM ORDENS EXPRESSAS DO AUTOR.

SUGESTÃO DE ALOCAÇÃO DOS ITENS DO SISTEMA DE ALARME E VIGILÂNCIA SEM ESCALA



LEGENDA	
Equipamentos	
	- Rack (robust, DVR, Power Bait)
	- Câmera HD a ser instalada
	- Câmera HD instalada
	- Central de alarme para até 18 zonas - h=2,00m
	- Recebedor de rádio frequência - h=2,30m
	- Sensor de presença de infravermelho de 90° na parede h=2,30m
	- Mini sensor magnético leve com fio de abertura para porta h=2,10m
	- Sirene eletrônica de 120db - h=2,30m
	- Tendido de alarme para até 18 zonas - h=1,50m



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**Estudo Técnico Preliminar 27/2021****1. Informações Básicas**

Número do processo: 10380.742093/2021-11

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação do serviço continuado de vigilância eletrônica, compreendendo a locação dos sistemas de **alarme** de intrusão e de circuito fechado de televisão (**CFTV**), sem monitoramento, instalação da infraestrutura, dos equipamentos e softwares pertinentes e necessários, e a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, a ser prestado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo os sábados, domingos e feriados, visando atender às necessidades das unidades administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03.

2.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de vigilância eletrônica, cuja interrupção compromete seriamente a continuidade das atividades exercidas pelas unidades jurisdicionadas a Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, quais sejam: a Agência da Receita Federal do Brasil de Crateús – **ARF/CRATEÚS** e o Posto de atendimento de Ipu – **POSTO/IPU**.

2.3 O serviço de vigilância eletrônica atualmente prestado nas referidas unidades são oriundos do Contrato SRRF03 Nº 20/2020, entretanto, esse contrato vence no dia 30/11/2021.

2.4 Ressalta-se, também, que os serviços vigilância eletrônica tornaram-se extremamente essenciais, haja vista que a RFB estabeleceu, através de portaria, que as unidades ou não atendem aos parâmetros estabelecidos pelo órgão para manter os serviços de vigilância orgânica ou estão em áreas consideradas de alto risco ou desempenham atividades sensíveis pelo risco envolvido.

2.5 A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 9.507, de 2018 possibilitou às unidades administrativas a contratação de forma indireta de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto deste documento.

2.6 Além disso, existe expressa disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no § 1º do art. 3º do Decreto nº 9507, de 2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 005, de 2017.

2.7 A contratação em pauta é indispensável para que as unidades possam desempenhar suas atividades de forma contínua, segura e confiável, uma vez que têm por objetivo a defesa do patrimônio, garantindo a proteção dos bens móveis e imóveis, bem como a segurança dos

servidores e demais pessoas que transitam pelas instalações. Da mesma forma os documentos gerados na prestação dos serviços públicos, nessas unidades, necessitam de uma guarda segura e eficiente, com o intuito de resguardar as informações protegidas pelo sigilo fiscal. Ademais, a segurança patrimonial consubstancia instrumento de natureza estratégica para a eficácia da organização e das atividades desenvolvidas, garantindo o atendimento à sociedade e ao corpo funcional da Receita.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ARF/SOBRAL/SRRF03	Flamarion Ribeiro da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação do serviço continuado de vigilância eletrônica, compreendendo a locação, instalação e manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, do tipo alarme de intrusão, sem monitoramento, e de circuito fechado de televisão (CFTV), que deverá estar em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais de semana e feriados, para resguardar o patrimônio público há qualquer momento que o sistema for ativado, visando atender às necessidades das Unidades Administrativas subordinadas da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, situadas a seguir.

4.1.1.1. Locais de Prestação dos Serviços

UNIDADE	ENDEREÇO
ARF/CRA	Rua Santos Dumont, nº 235, Centro, Crateús/CE
POSTO/IPU	Avenida Auton Aragão, nº 1678, Canudos, Ipú/CE

4.1.2 Na contratação o serviço será prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais de semana e feriados.

4.1.3 O serviço de vigilância eletrônica, compreendendo a locação (sem monitoramento), instalação, manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica é de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e

funcionamento das atividades finalísticas da Receita Federal do Brasil, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público, prejudicando o cumprimento da missão institucional da Receita Federal do Brasil na área de atribuições das Agências da Receita Federal do Brasil subordinadas a Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03.

4.1.4 A contratação em tela terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, admitidas prorrogações, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

4.1.5. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços continuados de vigilância eletrônica, compreendendo a

locação (sem monitoramento), instalação, manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.1.6 Soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados:

4.1.6.1 o mercado de potenciais prestadores para execução do serviço é bastante vasto, uma vez que existem inúmeras empresas que prestam esse tipo de serviço;

4.1.6.2 para o serviço de vigilância eletrônica, compreendendo a locação (sem monitoramento), instalação e manutenção preventiva e corretiva de todo o equipamento pertinente e necessário para o sistema de segurança eletrônica, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos nesta SRRF03 para a execução dos mesmos, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

4.2 Nos valores discriminados para os serviços deverão estar inclusos o valor do deslocamento, da mão de obra, dos materiais e ferramentas, das peças e equipamentos e dos encargos devidos, independentemente de quantas visitas forem necessárias para a atendimento de chamados e solução de problemas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A estimativa de preços para a presente contratação será calculada por meio de orçamentos solicitados a empresas da área de vigilância eletrônica, com base na Instrução Normativa nº 73/2020.

5.2 Todos os materiais aplicados deverão conter marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou qualidade similar) devendo o fiscal do contrato rejeitar os materiais /equipamentos que não atendam às necessidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de vigilância eletrônica por 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos finais

de semana e feriados, incluindo a reposição de peças e fornecimento de equipamentos, no regime de comodato.

6.2 A Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, que trata das recomendações de segurança eletrônica no âmbito da Receita Federal do Brasil, estabelece que “...a RFB adotará preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica de forma integrada, isto é, a aquisição de equipamentos com a prestação do serviço de instalação e manutenção correspondente, além do serviço de monitoramento eletrônico. Além disso, por tratar-se de serviços de engenharia, as empresas contratadas devem estar registradas no CREA e possuir profissional qualificado (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis.”

6.3. Em conformidade com a Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, que trata das recomendações para implantação de sistemas de segurança eletrônica na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB.

6.3.1. Sistema de Alarme

6.3.1.1. Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, teclados, sensores, sirene e bateria auxiliar etc.

6.3.2. Circuito Fechado de Televisão – CFTV

6.3.2.1 Os sistemas de CFTV são compostos por: projeto, infraestrutura, câmeras, gravadores de vídeo com HD, monitor, mouse, fonte de alimentação, nobreak, caixas de proteção, etc.

6.3.3. A Prestação do serviço englobará todos os custos com a implantação e funcionamento contínuo, completo e eficaz dos sistemas instalados, em regime de locação mensal, o que inclui, às expensas da Contratada: o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários, a instalação (mão de obra e materiais necessários, tais como fiação, cabos, eletrodutos, perfilados, canaletas, eletrocalhas, braçadeiras, suportes, sensores, baterias, centrais, câmeras, domes, conectores, etc.); instruções de uso (para operação dos sistemas); manutenção dos equipamentos instalados (todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva, com eventual substituição de unidades defeituosas, que deverá ser realizada por pessoal especializado, bem como a retirada dos equipamentos ao término do contrato).

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

7.1. Os serviços que se pretendem contratar:

7.1.1 Serviço de vigilância eletrônica, compreendendo a instalação e locação dos equipamentos, infraestrutura e a manutenção preventiva e corretiva para o sistema de CFTV e para o sistema de alarme, a ser prestada 24hx7d, nos imóveis ocupados Agência da Receita Federal do Brasil de Crateús – **ARF/CRATEÚS** e pelo Posto de atendimento de IPU – **POSTO/IPU**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O preço estimado obtido para esta contratação é de **R\$ 61.740,00 (sessenta e um mil, setecentos e quarenta reais)**.

8.2 O valor foi aferido por mediana de preços após pesquisa com as empresas que atuam na área de segurança eletrônica.

8.3 Apesar da exigência de priorização de utilização do painel de preços e de contratações similares de outros entes públicos estabelecida no art. 5º, § 1º, da Instrução Normativa nº 73/2020, o preço estimado da contratação foi obtido através de pesquisa direta com fornecedores (art. 5º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 73 /2020). A razão disso foi que os materiais e os serviços demandados são muito específicos, assim como a localização das unidades. Em consulta a contratações realizadas por outros órgãos da administração pública, não foi encontrada nenhuma contratação similar ao objeto desta licitação que pudesse ser utilizada como pesquisa de preços. Com o propósito de evitar uma licitação deserta em virtude de estimativa de valor não condizente com a realidade do mercado, optou-se pela utilização apenas dos orçamentos obtidos através de pesquisa com empresas do setor de segurança eletrônica.

8.4 Em conformidade com a legislação vigente, os valores estimados ficam estabelecidos como limite máximo aceitáveis, considerados como critério de aceitabilidade de preço, na forma do art. 40, X, Lei 8.666/93.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O art.23, § 1o da Lei nº 8.666, dispõe: “As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.

9.2. A natureza e peculiaridades dos serviços, entende-se que é plenamente justificável a contratação da solução em grupo único, pois há redução de custos para a Administração com o gerenciamento centralizado, tendo em vista que todos os equipamentos têm a mesma configuração, apesar de a instalação e utilização serem em locais diferentes.

9.3 Haverá ganho de escala, tanto na realização da licitação, quanto na contratação, uma vez que um quantitativo maior de equipamentos possibilitará uma proposta mais vantajosa.

9.4 Reduzir os custos operacionais e administrativos da fiscalização dos contratos, evitando a alocação de mais servidores para desempenhar essa função.

9.5 Tornar o certame mais atrativo e proporcionar contratação mais vantajosa economicamente em razão do aumento da competição entre as empresas.

9.6. Dessa forma, justifica-se a contratação de apenas uma empresa para todos os itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Encontra-se a contratação alinhada com o Planejamento Estratégico (2020-2022) da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na medida em que a ação viabiliza recursos e otimiza sua gestão, aplicação e alocação a fim de suprir necessidades de infraestrutura e colaborar para o implemento de prioridades institucionais.

11.2 O custo estimado da contratação para o período está previsto no PND – Programa Nacional de Despesas da RFB, assim como para os períodos subsequente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A Administração busca na atual contratação um melhor aproveitamento dos recursos humanos, fixando seus servidores na realização de atividades típicas do órgão, melhorando seus resultados e elevando o padrão de satisfação do interesse público através do cumprimento dos princípios constitucionais da Eficiência e Economicidade.

12.2 Considere-se, ademais, que a contratação de serviços por empresas especializadas disponibiliza mão de obra qualificada para um fim específico, execução que embora auxiliar representa atividade imprescindível para o bom funcionamento do órgão, além de prevenir riscos desnecessários aos servidores e permitir que as atividades preponderantes do órgão sejam executadas de forma contínua e mais eficiente.

12.3 Destaque-se que as Unidades beneficiadas não possuem em seu quadro servidores habilitados para a prestação desses serviços. Dessa forma, exitosa a futura contratação, não necessitará a Administração Pública investir na formação de pessoal qualificado para o exercício dessas atividades, mantendo-se os atuais servidores na execução de atividades próprias do órgão.

12.4 De modo específico, os resultados que se pretende alcançar com a futura contratação é resguardar, manter e assegurar a integridade dos bens móveis e imóveis das unidades como também a proteção dos servidores que prestam serviços nas unidades da RFB.

13. Providências a serem adotadas

13.1. A SRRF03 providenciará o acesso aos locais necessários para a instalação dos equipamentos e para as devidas manutenções.

13.2 Concluímos também não haver necessidade de adequação do ambiente interno para a prestação do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A Será responsabilidade da contratada:

14.1.1 Observar o Decreto nº 7746/12, que regulamentou o artigo 3, “caput”, da Lei nº 8.666/93;

14.1.2 Cumprir as exigências da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/10;

14.1.3 Racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

14.1.4 Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

14.1.5 As baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da Contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008; e

14.1. Observar a legislação ambiental para a gestão sustentável dos serviços contratados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base no exposto nestes Estudos, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

JOSÉ LEANDRO MENEZES PARENTE
Assistente Técnico Administrativo

MARCOS TADEU AIRES VIDAL
Analista Tributário da Receita Federal

RENAN PRUDÊNCIO DE ARAÚJO
Analista Tributário da Receita Federal

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA****Receita Federal****ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL NA TERCEIRA REGIÃO
FISCAL E A EMPRESA**

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, com sede na Rua Barão de Aracati, 909, 4º andar, Aldeota, na cidade de Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0078-20, neste ato representada pela Chefe da Divisão de Programação e Logística, Patricia Aquino Gondim, nomeada pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 10380.742093/2021-11 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 09/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a locação dos sistemas de alarme de intrusão e de circuito fechado de televisão (CFTV), sem monitoramento, instalação da infraestrutura, dos equipamentos e softwares pertinentes e necessários, e a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, a ser prestado 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo os sábados, domingos e feriados, visando atender às necessidades das unidades administrativas subordinadas à Superintendência da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal – SRRF03, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



Receita Federal

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Local	Valor da Instalação de Infraestrutura (R\$)	Valor mensal da Locação de Sistemas de Segurança com Manutenção Preventiva e Corretiva inclusa (R\$)	VALOR GLOBAL (Valor da Instalação de Infraestrutura + 12 vezes Valor mensal da Locação de Sistemas de Segurança)
01	ARF/Crateús			
02	Posto/Ipu			
TOTAL				

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor estimado da instalação da infraestrutura é de R\$ (....) e o valor mensal estimado da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001 / 170040

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Elemento de Despesa: 339039-77

PI: PIUVIGILAN

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Fortaleza – Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

**ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE
ESCRITÓRIO**

(nome empresarial)

inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____
(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF/MF nº _____, para fins do disposto no Edital, em cumprimento ao disposto no
item 10.6 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, DECLARA que instalará escritório em
_____, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias
contado a partir da vigência do contrato.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÃO: Caso o licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a manutenção, no mínimo, de um escritório, em cumprimento ao disposto no item 10.6 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

ANEXO IV DO EDITAL – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

(Avaliação de qualidade dos serviços)

Nome da Empresa:	
CNPJ:	
Contrato:	
Serviço Prestado:	
Mês de Referência	

OCORRÊNCIA I: Não realização da manutenção corretiva dos equipamentos, no prazo estipulado no Termo de Referência

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA II: Não realização da manutenção preventiva dos equipamentos, no prazo estipulado no Termo de Referência.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA III: Não cumprimento do prazo estabelecido para instalação dos sistemas de alarme e CFTV no prazo estipulado no Termo de Referência.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA IV: Não atendimento das demais obrigações previstas no Termo de Referência, quando este estabelecer prazos para sua realização.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

OCORRÊNCIA V: Má qualidade na prestação dos serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA VI: Reincidência de qualquer das ocorrências acima dentro do prazo de vigência do contrato, contando, inclusive, as prorrogações contratuais.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO MÊS:

Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIAS	I	II	III	IV	V	VI	FATOR DE ACEITAÇÃO (FAT) = SOMA DOS FAPs
TOTAL DE OCORRÊNCIAS (TO)							
TOLERÂNCIA (T)	0	1	0	1	1	0	
EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES (EI – TO - T)							
PESO (P)	2	1	2	2	2	3	
FATOR DE ACEITAÇÃO PARCIAL (FAP = EIP x P)							

**PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS
EFEITOS REMUNERATÓRIOS RELATIVOS AOS SERVIÇOS CONTRATADO**

FAIXA 01 – Fator de aceitação de 0 a 2: 100% de avaliação dos serviços

FAIXA 02 – Fator de aceitação de 3 a 5: 95% de avaliação dos serviços (glosa de 5% sobre o valor total da nota fiscal)

FAIXA 03 – Fator de aceitação de 6 a 9: 90% de avaliação dos serviços (glosa de 10% sobre o valor total da nota fiscal)

FAIXA 04 – Fator de aceitação acima de 9: 80% de avaliação dos serviços (glosa de 20% sobre o valor total da nota fiscal)

(As advertências e multas, bem como as demais sanções administrativas, civis ou penais, poderão ser aplicadas, independentemente da realização das glosas definidas acima, em caso de incidência nas hipóteses de infrações previstas legal ou contratualmente)

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato
Valor Total dos Contratos		

Local e data

Assinatura e carimbo emissor

Observação:

Nota 1: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE em 04/11/2021 09:34:00.

Documento autenticado digitalmente por JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE em 04/11/2021.

Documento assinado digitalmente por: GIOVANNI BRIGIDO BEZERRA CARDOSO em 04/11/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE LEANDRO MENEZES PARENTE em 04/11/2021.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP04.1121.10066.SJFP

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
20BC3484644337697481D3CCAD45B5713644CFE75C9CDE514CDE3A61A16BB4E6